



SEMANA DA MATA ATLÂNTICA

Joinville, SC - 22-27/05/2001

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL

data ____/____/____

cod GID00088

Reunião: Os Guarani e a Mata Atlântica

Coord.: Carlos Frederico Marés de Souza Filho

Dossiê Imprensa

Instituto Socioambiental

Circulação restrita ao Coordenador da Mesa

Mai 2001

AMBIENTE

Chegada de índios a reservas causa conflitos

Em busca do "Éden", eles se instalam em áreas de mata atlântica protegidas por lei

LIANA JOHN

Alheios ao emaranhado de leis ambientais e fundiárias, grupos familiares de índios guaranis ainda hoje empreendem a mítica busca da Terra sem Males nas Regiões Sul e Sudeste do Brasil. O objetivo desses grupos – provenientes do Rio Grande do Sul, da Argentina, Uruguai e Paraguai – é encontrar, nas áreas remanescentes de mata atlântica do litoral paranaense e paulista, os esboços da terra sonhada por seus ancestrais desde o período pré-colombiano.

Como, em consequência da destruição, os remanescentes de mata atlântica estão reduzidos a áreas legalmente protegidas – parques nacionais, estaduais, áreas de preservação permanente e reservas particulares –, elas se tornaram o endereço preferido para a instalação das aldeias. E esse movimento acaba gerando conflitos de difícil solução entre ambientalistas e indigenistas e com os vizinhos e administradores das unidades de conservação.

Direitos – O conflito ocorre porque, como os índios estão sujeitos a uma condição especial diante da lei, eles caçam e extraem produtos das matas proibidos aos não-índios. Além disso, em consequência da condição de miséria a que foram reduzidos, muitas vezes eles somam à caça de subsistência a coleta de animais para venda ou criação de mascotes (papagaios, micos e macacos, sobretudo) e mesmo para a venda de carne (tatus, aves e pacas).

Um terceiro problema é o extrativismo de palmito, bromélias e orquídeas que, em alguns casos, chega a níveis predatórios. Apenas nas feiras livres de Mongaguá, Itanhaém e Peruibe, estima-se que negociem 50 mil bromélias, 35 mil orquí-

deas e 100 mil dúzias de palmito por ano. E, finalmente, algumas vezes, os índios são usados como salvo-conduto de traficantes de animais silvestres, palmiteiros e demais aventureiros, especializados na extração ilegal de produtos florestais. Os produtos são transportados em ônibus urbanos e vendidos em feiras livres, diante da Polícia Florestal.

Nas áreas de preservação de São Paulo e Paraná, os índios são poucos e as aldeias discretas, porém a demora na busca de uma solução,

por parte das autoridades estaduais e federais, garantiu certa estabilidade às primeiras aldeias, instaladas em unidades de conservação há quase dez anos. E isso vem atraindo mais famílias de guaranis para a região, multiplicando conflitos e debates.

GRUPOS
SÃO USADOS
POR
PALMITEIROS

Documentação

Fonte: O ESP

Data: 27/03/2001 Pg: A13

Class.:

“Aqui ninguém mostrou papel, então eu fiquei”, diz cacique

Em dez anos, a aldeia passou de 13 para 40 pessoas no Parque Nacional do Superagui

O cacique Alcides, líder de uma aldeia instalada no Parque Nacional do Superagui, no Paraná, resume assim a sua peregrinação: “Em cada lugar por onde eu passava tinha alguém que mostrava um papel, dizendo que aquela não era minha terra, que o dono era outro e eu tinha de ir embora. Aqui ninguém mostrou papel, só vieram conversar, então eu fiquei.”

Ele chegou com a família (13 pessoas) em 1990. Montou uma aldeia perto da vila de pescadores e depois mudou-se para o Morro das Pacas, em outro ponto do parque. Cultiva mandioca, cará e batata-doce e faz artesanato em caixeta. A aldeia recebeu outras famílias, chegando a 40 índios.

Segundo a gerente do parque, Guadalupe Vivekananda, já foram registrados casos de venda de carne de tatu, captura e venda de micos-leões-de-cara-preta e, principalmente, filhotes de papagaio-de-cara-roxa. “Notifiquei a Funai quando soube da presença deles, em 90”, conta Guadalupe. “Um ano depois, vieram inspecionar e, três anos mais tarde, quando o cacique anunciou que ia sair, deram a ele um documento dizendo que a área era indígena e ele poderia ficar.” A fragmentação do parque e a insatisfação das comunidades vizinhas em relação à imunidade legal dos índios são as duas maiores preocupações de Guadalupe, além do aumento da pressão turística e imobiliária.

Ilha do Cardoso – O cacique Marcílio, pai de nove filhos e chefe de uma aldeia no Parque Estadual da Ilha do Cardoso, em São Paulo, conta que os de mais idade sonharam e por isso eles foram para lá. “Eles sa-

biam que tinha uma ilha na mata para viver.” Chegou num grupo de 40 índios, que depois se subdividiu em dois; sua família e agregados ficaram no parque. Plantam aipim, batata, milho e abóbora e fazem artesanato de caixeta. Tentam substituir a caça de subsistência com a venda do artesanato.

A aldeia já aumentou de tamanho, com a presença de familiares visitantes ou outros grupos que querem se fixar no local. Em 1999 instalou-se lá um grupo proveniente de Peruíbe, que vivia da venda de plantas ornamentais. O total de índios passou para 76 e surgiram problemas de alcoolismo e extração ilegal de palmito. Em novembro, índios e administradores do parque deci-

Procuradoria-Geral da República decidiu, em 1996, que os índios tinham direito de ficar.

Os planos de manejo e gestão ambiental foram discutidos com os índios e os problemas com o lixo e a caça para venda já diminuíram. Um pequeno plantio-piloto de palmito foi iniciado. Os índios também criam abelhas e têm pequenas culturas de subsistência.

Juréia-Itatins – Liderados pelo cacique Ailton, cerca de 42 índios abriram uma clareira na mata da Estação Ecológica Juréia-Itatins, em São Paulo, para construir seis casas com roças. O líder do grupo fazia parte dos primeiros índios que foram para a Ilha do Cardoso. No caminho de um lugar para outro ganhou a companhia de familiares e agregados.

O solo era arenoso demais para o plantio e ataques de insetos tornaram sua permanência inviável. Em 1999, o grupo mudou-se para o Parque Estadual Intervales, também em São Paulo. “Queríamos fechar o acesso e destruir as casas para evitar invasões, mas fomos impedidos, porque a Funai aventou a possibilidade de eles voltarem”, diz Joaquim do Marco Neto, da estação ecológica.

Em junho de 2000, outro grupo de guaranis, composto de 24 famílias, foi deslocado pela Funai para a Juréia-Itatins, depois de um conflito entre índios ocorrido na aldeia do Bananal, em Peruíbe.

A Juréia-Itatins tem problemas fundiários, com a extração ilegal de palmito e captura de animais para tráfico. Diversos carregamentos de palmito já foram detectados em ônibus urbanos, mas não puderam ser apreendidos porque estavam com os índios. Problemas semelhantes também existem no Parque Estadual Intervales (Ribeirão Grande) e na região de Mongaguá. (L.J.)



Tradição preservada: grupos migram pela região

diram pela saída do grupo, que foi para Miracatu (SP). “Quem toma bebida assim, como branco, não pode ficar na ilha, não obedece ao cacique. Aqui não pode brigar, não pode roubar. Eu dei este conselho a eles, bem direitinho”, explica o cacique.

Desde o início, a instalação dos guaranis na Ilha do Cardoso suscitou discussões entre os responsáveis pelo parque. A

Lei tenta preservar mata e garantir direito indígena

Dois artigos da Constituição acabam tendo interpretações contraditórias

A Constituição Federal garante status especial aos índios e às áreas protegidas, mas não cria limites entre os dois direitos, que dá margem a interpretações antagônicas. No centro da polêmica, estão dois artigos da Constituição: de um lado, o 231, que reconhece os direitos dos índios sobre as terras que tradicionalmente ocuparam e obriga a União a demarcá-las e a protegê-los. De outro, o artigo 225, que considera a mata atlântica um patrimônio nacional e as unidades de conservação espaços que devem ser protegidos.

Com base no artigo 231, a Fundação Nacional do Índio (Funai) e antropólogos consideram território guarani todo o sul e sudeste do Brasil, leste do Paraguai e norte da Argentina e Uruguai. Nessa vasta região, os locais escolhidos para a instalação de novas aldeias devem ser reconhecidos como terras indígenas

– mesmo quando estão em unidades de conservação ou em terras privadas.

Os ambientalistas defendem-se com o artigo 225, considerando que as áreas protegidas não podem ser alteradas e “todos são iguais perante a lei”. Assim, é vedado aos índios e ao resto da sociedade brasileira invadir unidades de conservação para nelas se estabelecer, vivendo de extrativismo.

Na tentativa de buscar um

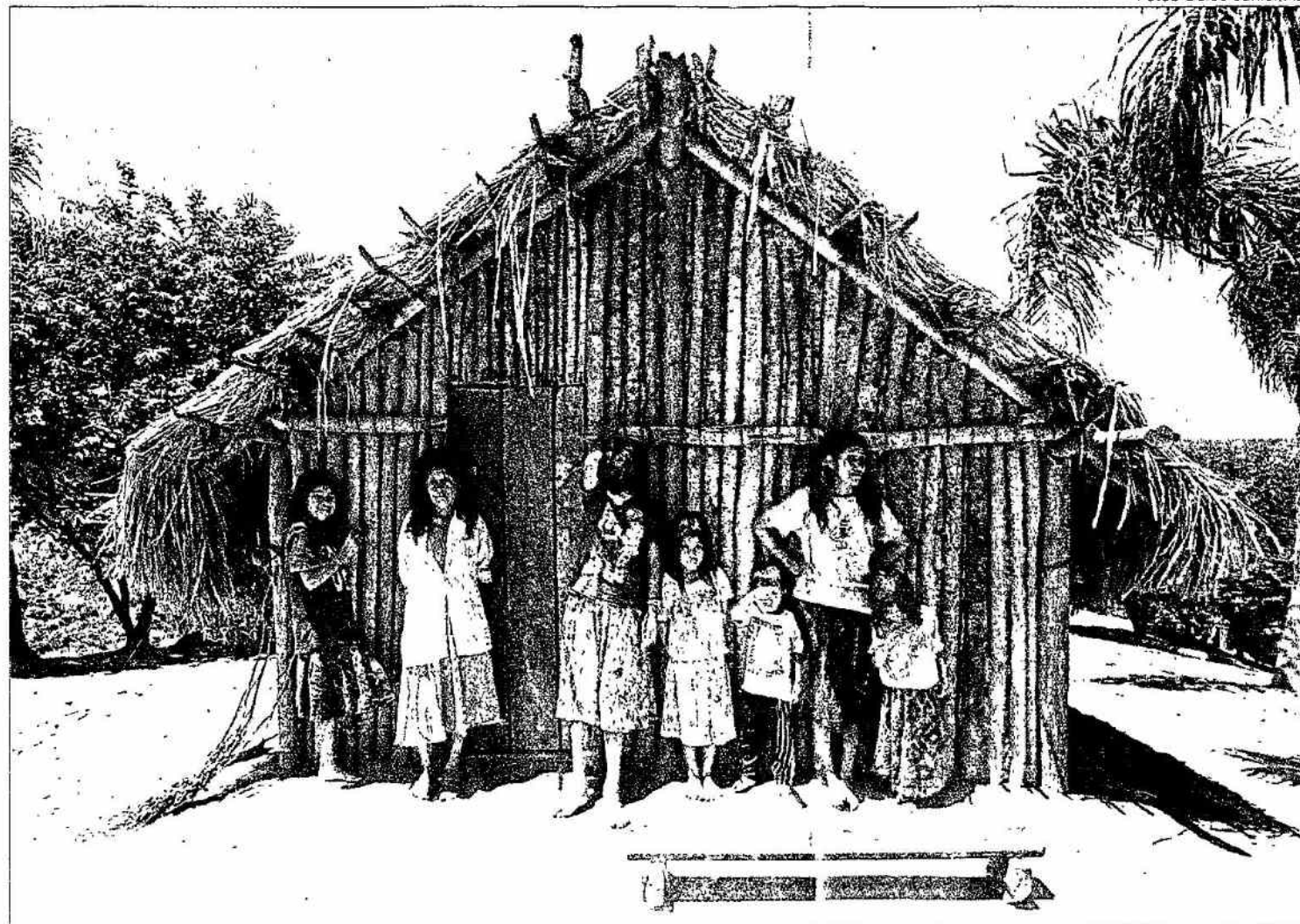
consenso, está funcionando, desde novembro de 2000, uma comissão no Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama), criada pelo ministro José Sarney Filho. Outra comissão conta com a participação do Ministério Público, Ministérios da Justiça, Meio Ambiente, além da Funai, e também debate o problema.

Consenso – Para Sarney Filho, o assunto é delicado e preocupa: “As unidades de conservação são patrimônio do povo brasileiro, por isso é fundamental buscar uma solução de consenso.” Para Glenio da Costa Alvarez, presidente da Funai, o consenso está numa “administração compartilhada (Funai e Ibama) para as aldeias nas unidades de conservação, com educação ambiental e medidas contra a devastação e extração ilegal de recursos, garantindo qualidade de vida às populações indígenas”.


O grupo do Conama já concluiu que a presença de indígenas é compatível com a preservação das florestas nacionais. Mas ainda discute a ocupação de parques, estações e

reservas, onde estão as aldeias guaranis do litoral paranaense e paulista. “Uma possibilidade seria a criação de uma nova figura legal, uma espécie de rede de reservas indígenas de passagem, onde os guaranis pudessem acomodar seus hábitos de mudança periódica, mas fora das áreas protegidas”, diz José Álvaro Carneiro, da Liga Ambiental, representante do Sudeste no grupo especial do Conama. (L.J.)

MINISTRO
DEFENDE
SOLUÇÃO DE
CONSENSO



No Parque Nacional do Superagui, índios sobrevivem com agricultura e caça, inclusive de animais, alguns protegidos como os papagaios

INSTITUTO	
	
Documentação	
SOCIOAMBIENTAL	
Fonte	AGENCIA ESTADO
Data	27/03/2001 Pg
Class	

2000 - Parque Estadual Intervales

Funcionários do parque não podem visitar a área sem o acompanhamento de indígenas.

Ribeirão Grande, SP - O mesmo cacique Ailton, que esteve na Ilha do Cardoso e na Juréia-Itatins, em fevereiro de 2000 instalou-se com a família em uma nova aldeia, no Parque Estadual Intervales, em Ribeirão Grande, São Paulo. São 28 índios, com pequenas roças, ocupando uma área de vegetação secundária, afastada da sede do parque, longe da área de visitação, onde já existiu um bananal. Até agora a responsável pelo parque, Jeannette Vieira Geenen, não recebeu nenhuma denúncia de caça ou extração ilegal de produtos florestais.

Sua presença na unidade de conservação suscitou novos debates e reações no âmbito da Secretaria do Meio Ambiente de São Paulo (SMA), mas o Ministério Público Federal avocou o caso para si. Até que se tomem providências, os funcionários do parque não podem visitar a área sem o acompanhamento de indígenas.

1998 e 2000 - Estação Ecológica Juréia-Itatins

Juréia - Liderados pelo cacique Ailton, cerca de 42 índios abriram uma clareira na mata de restinga da Estação Ecológica Juréia-Itatins, em São Paulo, para construir 6 casas com roças, bem junto à praia. O líder do grupo fazia parte, com sua família, dos primeiros índios que entraram no Parque Estadual da Ilha do Cardoso, em 1992. No caminho entre uma unidade de conservação e outra, ganhou a companhia de familiares e agregados.

O solo era arenoso demais para plantio e ataques de mutucas inviabilizaram sua permanência. Em 1999, todo o grupo abandonou a área e mudou-se para o Parque Estadual Intervales, mais para o interior de São Paulo. "Comunicamos à Funai o abandono e avisamos que fecharíamos o acesso e destruiríamos as casas para evitar invasões, mas fomos impedidos por um ofício da Funai, que aventava a possibilidade dos índios voltarem", comenta Joaquim do Marco Neto, responsável pela estação ecológica.

Em junho de 2000, outro grupo de guaranis, composto de 24 famílias, foi deslocado pela Funai para a Juréia-Itatins, depois de um conflito entre índios, envolvendo liderança, terras e religião. O conflito ocorreu na Aldeia do Bananal, uma reserva indígena localizada no município de Peruíbe, SP. "Ficamos sabendo pelo jornal e ainda hoje nos falta um interlocutor", diz Neto. "O tipo de monitoramento ou assistência dado aos índios é uma incógnita para a administração da estação ecológica".

A Juréia-Itatins é uma unidade de conservação com problemas fundiários, sob grande pressão imobiliária, devido à sua localização privilegiada. A extração ilegal de palmito e a captura de animais para tráfico são outros dois problemas, agravados com a presença dos índios. Diversos carregamentos de palmito in natura já foram detectados em ônibus urbanos, mas não puderam ser apreendidos porque estavam com os índios. Em alguns casos, os palmitos estavam "sem dono".

"Não sei até que ponto os índios podem estar sendo explorados por palmiteiros e caçadores, por serem inimputáveis. Além disso, sua condição especial, perante a lei, agrava as dificuldades de controle junto à população da região, que há anos é impedida de caçar e explorar a mata pela legislação ambiental e vê o índio fazer-lo diante da polícia", pondera Neto. "Mesmo que o índio tire palmito para subsistência, faltam parâmetros: 60 palmitos por mês é subsistência? Não há critérios para apoiar a fiscalização".

1992 - Parque Estadual da Ilha do Cardoso

Em 1996, a Procuradoria-Geral da República decidiu que os índios tinham direito de ficar na Ilha do Cardoso.

Ilha do Cardoso - "Os de mais idade sonharam e por isso viemos para cá, eles sabiam que tinha uma ilha na mata para viver", conta o cacique Marcílio, pai de nove filhos e chefe da aldeia instalada no Parque Estadual da Ilha do Cardoso, em São Paulo. Ele chegou num grupo de 40 índios, que depois se subdividiu em dois, ficando sua família e agregados na aldeia do parque. Plantam aipim, batata, milho e abóbora e fazem artesanato de caixeta com uma certa escala. Com a venda deste artesanato tentam substituir a caça de subsistência, praticada com mais intensidade nos primeiros anos.

A aldeia já aumentou de tamanho diversas vezes, com a presença de familiares visitantes ou outros grupos que querem se fixar no local. Em 1999 instalou-se lá um grupo proveniente de Peruíbe, que vivia da venda de plantas ornamentais extraídas da mata (orquídeas e bromélias). O total de índios passou para 76 e surgiram problemas com alcoolismo e extração ilegal de palmito. Em novembro de 2000, índios e administradores do parque se reuniram e decidiram pela saída do grupo, que foi para uma aldeia nova em Miracatu, SP. A população na ilha agora é de 44 índios.

"Quem toma bebida assim, como branco, não pode ficar na ilha, não obedece o cacique, aqui não pode brigar, não pode roubar, turista não deixa ir. Eu dei este conselho para eles, bem direitinho, bem certinho", explica o cacique Marcílio.

Desde o início, a instalação dos guarani na Ilha do Cardoso suscitou diversas discussões na Secretaria do Meio Ambiente, responsável pelo parque. Foram emitidos laudos biológicos e antropológicos e a procuradoria Geral da República decidiu, em 1996, que os índios tinham o direito de ficar. "A partir desta decisão deixamos de discutir a retirada dos índios e passamos a trabalhar para minimizar os impactos de sua presença", diz Marcos Campolim, diretor do parque. "Hoje eles sabem que para ficar no parque tem que manter os modos tradicionais de vida e isso tem sido possível porque o cacique é tradicionalista". O Plano de Manejo e um Plano de Gestão Ambiental para o parque foram discutidos de forma participativa e já se conseguiu diminuir o problema com o lixo e a caça para comercialização. "Eles ainda caçam para subsistência, mas incentivamos a venda de artesanato para obtenção de renda e garantia do suprimento de proteína animal", continua. Um pequeno plantio piloto de palmito foi iniciado, eles criam abelhas e as roças são monitoradas.

1990 - Parque Nacional do Superagui

Em dez anos, a aldeia passou de 12 para 40 pessoas no Parque Nacional do Superagui.

Vale do Ribeira - "Em cada lugar onde eu passava tinha alguém, que mostrava um papel, dizendo que aquela não era minha terra, eu não era o dono, o dono era outro e eu tinha que ir embora. Aqui ninguém mostrou papel, só vieram conversar, então eu fiquei". Assim o cacique Alcides, líder de uma aldeia instalada no Parque Nacional do Superagui, no Paraná, resumiu sua peregrinação em busca de uma terra para José Álvaro Carneiro, da Liga Ambiental.

Ele chegou lá com a família - 13 índios - em 1990. Montou uma primeira aldeia na planície costeira, perto da vila de pescadores, e depois se mudou para o Morro das Pacas, em outro ponto do parque. Cultiva mandioca, cará e batata doce em encostas íngremes e faz algum artesanato em caixeta (a mesma árvore usada para fabricar lápis). A aldeia cresceu e recebeu outras famílias, chegando a 40 índios. Segundo a gerente do parque, Guadalupe Vivekananda, já foram registrados alguns casos de venda de carne de tatu, captura e venda de micos-leões-de-cara-preta e, principalmente, filhotes de papagaio-de-cara-roxa. "Notifiquei a Fundação Nacional do Índio (Funai) quando soube da presença deles, em 90", conta Guadalupe. "Cerca de um ano depois, vieram inspecionar e três anos depois, quando o cacique anunciou que ia sair, deram a ele um documento dizendo que a área era indígena e ele poderia ficar". A fragmentação do parque e a insatisfação das comunidades vizinhas em relação à imunidade legal dos índios são as duas maiores preocupações de Guadalupe, além do aumento da pressão turística e imobiliária.

Aldeias indígenas instaladas em reservas causam conflitos

Aldeias indígenas guarani, instaladas em parques nacionais, estaduais e reservas de Mata Atlântica, causam impasses legais e impactos ambientais.

Vale do Ribeira - Alheios ao emaranhado de leis ambientais e fundiárias, grupos familiares de índios guaranis ainda hoje empreendem a mítica busca da Terra sem Males nas Regiões Sul e Sudeste do Brasil. O objetivo desses grupos - provenientes do Rio Grande do Sul, da Argentina, Uruguai e Paraguai - é encontrar, nas áreas remanescentes de mata atlântica do litoral paranaense e paulista, os esboços da terra sonhada por seus ancestrais desde o período pré-colombiano.

Como, em consequência da destruição, os remanescentes de mata atlântica estão reduzidos a áreas legalmente protegidas - parques nacionais, estaduais, áreas de preservação permanente e reservas particulares -, elas se tornaram o endereço preferido para a instalação das aldeias. E esse movimento

acaba gerando conflitos de difícil solução entre ambientalistas e indigenistas e com os vizinhos e administradores das unidades de conservação.

Direitos - O conflito ocorre porque, como os índios estão sujeitos a uma condição especial diante da lei, eles caçam e extraem produtos das matas proibidos aos não-índios. Além disso, em consequência da condição de miséria a que foram reduzidos, muitas vezes eles somam à caça de subsistência a coleta de animais para venda ou criação de mascotes (papagaios, micos e macacos, sobretudo) e mesmo para a venda de carne (tatus, aves e pacas).

Um terceiro problema é o extrativismo de palmito, bromélias e orquídeas que, em alguns casos, chega a níveis predatórios. Apenas nas feiras livres de Mongaguá, Itanhaém e Peruíbe, estima-se que negociem 50 mil bromélias, 35 mil orquídeas e 100 mil dúzias de palmito por ano. E, finalmente, algumas vezes, os índios são usados como salvo-conduto de traficantes de animais silvestres, palmiteiros e demais aventureiros, especializados na extração ilegal de produtos florestais. Os produtos são transportados em ônibus urbanos e vendidos em feiras livres, diante da Polícia Florestal.

Nas áreas de preservação de São Paulo e Paraná, os índios são poucos e as aldeias discretas, porém a demora na busca de uma solução, por parte das autoridades estaduais e federais, garantiu certa estabilidade às primeiras aldeias, instaladas em unidades de conservação há quase dez anos. E isso vem atraindo mais famílias de guaranis para a região, multiplicando conflitos e debates.

2001- Fazenda Itaóca

Proprietário da Fazenda Itaóca denuncia desmatamento em área de Mata Atlântica.

Mongaguá, SP - Em janeiro de 2001, o proprietário da Fazenda Itaóca, Pedro Barbosa, denunciou um grande desmatamento em área de Mata Atlântica contígua aos seus 540 hectares, localizados no município de Mongaguá, São Paulo. Estranhou que a Polícia Florestal não tomasse providências e logo descobriu porque. O desmatamento era de responsabilidade de técnicos da Funai, em processo de demarcação de uma área indígena de cerca de 500 hectares para as 15 famílias de guaranis, ali instaladas desde 1997.

Metade da propriedade de Barbosa - cerca de 250 hectares de mata e bananal - estava incluída na futura área indígena, apesar dele não ter sido citado e do seu título dominial ser de 1926. "O procedimento foi inconstitucional: com base em um decreto, o 1775/96, que determina a forma como as terras indígenas devem ser demarcadas, as autoridades foram metendo o pé na porta e derrubando árvores centenárias, sem licença de corte dos órgãos ambientais", argumenta Barbosa, que é advogado e obteve uma liminar para sustar a demarcação.

Os 72 posseiros, que vivem de 15 a 30 anos na área, estão se organizando para reclamar de volta as terras. Barbosa pretende demonstrar, na Justiça, que a forma como a demarcação foi feita configura crime ambiental. O administrador de sua fazenda, Marcelo Costa Ferreira de Freitas, está sendo processado porque abraçou uma árvore de 300 anos, na tentativa (infrutífera) de impedir o corte. Os índios foram até a sede da fazenda ameaçar os funcionários, afirmando que farão a demarcação por conta própria, se o processo for interrompido. A Secretaria do Meio Ambiente confirma que a demarcação foi realizada sem a necessária licença prévia.

"Nestes 4 anos, em que os índios estiveram nas vizinhanças, sumiram quase todos os palmitos nativos da reserva legal, na minha fazenda, assim como diminuiu a fauna, antes abundante", continua Barbosa. "Os índios foram vistos com bichos-preguiça, tucanos, lontras, teiús e até esquilos, que haviam caçado para comer".

Sobreposição de direitos alimenta a polêmica

Dois artigos da Constituição acabam tendo interpretações contraditórias.

São Paulo - A Constituição Federal dá status especial aos índios e às áreas protegidas, mas não estabelece limites entre os dois direitos, dando margem a interpretações antagônicas. No centro da polêmica entre indigenistas e ambientalistas estão dois artigos da Constituição Federal e suas interpretações: o 231, que reconhece os direitos dos índios, "originários sobre as terras, que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens" e o 225, que considera A Mata Atlântica patrimônio nacional e as unidades de conservação

espaços "especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos, que justifiquem sua proteção". Com base no artigo 231, a Fundação Nacional do Índio (Funai) e antropólogos consideram território guarani todo o Sul e Sudeste do Brasil, leste do Paraguai e norte da Argentina e Uruguai. Nesta vasta região, os locais escolhidos para a instalação de novas aldeias devem ser reconhecidos como terras indígenas, mesmo dentro de unidades de conservação ou em terras privadas. E as terras indígenas passam a ser terras da União, desde que haja laudo antropológico, comprovando a presença histórica dos índios e estes vivam de modo tradicional.

De outro lado, os ambientalistas se defendem com o artigo 225, considerando que as áreas protegidas não podem ser alteradas e que "todos são iguais perante a lei, sem discriminação de qualquer natureza" (artigo 5º da Constituição). Segundo este raciocínio é vedado aos índios, como a todo o resto da sociedade brasileira, invadir unidades de conservação para nelas se estabelecer, vivendo de extrativismo.

Para Antonio Teleginski, especialista em direito fundiário da Fundação Florestal "a questão guarani é totalmente diversa da sobreposição entre aldeias e parques na Amazônia, por exemplo, onde muitas unidades de conservação (Ucs) foram criadas sobre terras indígenas. Aqui, as UCs já estabelecidas estão sendo povoadas por índios guarani, sob proteção ostensiva da Funai". O risco maior, para ele, é de atrair os índios guarani de outros estados brasileiros (estimados em 30 mil), da Argentina (15 mil) e do Paraguai (50 mil), estimulados pela estabilidade de seus parentes dentro das unidades de conservação.


Segundo os antropólogos, as origens geográficas de cada família ou agregado indígena não podem ser analisadas apenas sob a ótica legal. O hábito dos guaranis viajarem é parte fundamental de sua cultura. "Não se deve caricaturar as razões pelas quais os guarani se mudam, pois eles têm uma forte motivação histórica e religiosa" diz Beto Ricardo, do Instituto Socioambiental (ISA). "Eu diria até que os grupos que se apartaram dos sistemas missionários perderam muita terra, onde poderiam ter se fixado, mas foram os grupos que melhor se mantiveram, graças à manutenção da liberdade de transitar, fundamental para eles".

Consenso - Em busca de um consenso, desde novembro de 2000, representantes dos índios e dos parques sentam-se à mesma mesa, numa comissão mista estabelecida no Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama) pelo ministro José Sarney Filho. Uma outra comissão, interministerial, foi estabelecida com a participação do Ministério Público, Ministério da Justiça, Funai e Ministério do Meio Ambiente, com o mesmo objetivo.

Para Sarney Filho, o assunto "é delicado e preocupa: as unidades de conservação são patrimônio do povo brasileiro, estando sob nossa responsabilidade zelar por sua integridade, por isso é fundamental buscar uma solução de consenso". De acordo com Glenio da Costa Alvarez, presidente da Funai, o consenso estaria numa "administração compartilhada (Funai e Ibama) para as aldeias dentro de unidades de conservação, com educação ambiental para os índios e medidas contra a devastação e a extração ilegal de recursos naturais, garantindo, ao mesmo tempo, qualidade de vida às populações indígenas".

O grupo especial do Conama já concluiu, que a presença de indígenas é compatível com a preservação de unidades de conservação de uso indireto, como as florestas nacionais. Mas ainda discute a ocupação de UCs de uso direto, como parques, estações ecológicas e reservas biológicas, onde estão as aldeias guarani do litoral paranaense e paulista.

"Uma possibilidade seria a criação de uma nova figura legal, uma espécie de rede de reservas indígenas de passagem, onde os guaranis pudessem acomodar seus hábitos de mudança periódica, mas fora das áreas protegidas", diz José Álvaro Carneiro, da Liga Ambiental, representante do Sudeste no grupo especial do Conama. A idéia encontra eco entre ambientalistas e indigenistas, mas ainda será tema de numerosas reuniões antes que possa amadurecer e virar realidade.


INSTITUTO

Documentação
 Fonte DESP (Geral)
 Data 25/2/2001 Pg A12
 Class

Guaranis montam aldeia em reserva florestal

SETE BARRAS – As oito famílias de índios guaranis que há seis meses invadiram o Parque Estadual Intervales, no município de Sete Barras, no Vale do Ribeira, montaram uma pequena aldeia no interior da mata. Embora façam parte de uma tribo nômade, originária da Argentina, os índios manifestam intenção de permanecer na reserva. O cacique Ailton contou para os guardas florestais que o Intervales é a “terra prometida” com que ele sonhou.

PARQUE INTERVALES Índios guaranis montam aldeia

As oito famílias de índios guaranis que há seis meses invadiram o Parque Estadual Intervales, no município de Sete Barras, a 205 km de São Paulo, no Vale do Ribeira, montaram uma pequena aldeia no interior da mata. Embora façam parte de uma tribo nômade, originária da Argentina, os índios manifestam intenção de permanecer na reserva. O cacique Ailton, o único entre os 22 integrantes que fala português, contou para os guarda-parques que o Intervales é a “terra prometida” que ele visualizou em um sonho. O parque tem mais de 40 mil hectares de mata atlântica.

INSTITUTO

Documentação
 Fonte DIÁRIO DO GDE APOC.
 Data 24/02/2001 Pg 7
 Class

INSTITUTO	Documentação
AMBIENTAL	
Fonte	GAZETA DO POVO
Data	30/12/2000 Pg
Class.	

Conama oferece terras

Idéia é retirar índios do Parque Nacional do Superagüi

FERNANDO MARTINS

Os diversos órgãos governamentais envolvidos na questão ambiental e indígena poderiam estudar a oferta de terras para que os índios que hoje vivem no Parque Nacional do Superagüi, litoral do Paraná, deixem a área, que é considerada de preservação permanente. A possibilidade de ofertar outras áreas para os índios do Superagüi está sendo sugerida pelo representante das entidades ambientalistas da Região Sul no Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), José Álvaro Carneiro. Ontem, Carneiro esteve visitando a comunidade indígena do Superagüi para conversar com os índios e colher informações.

O ambientalista é membro de uma comissão do Conama formada para apresentar, até abril, uma solução para a questão das comunidades indígenas que vivem em áreas de preservação. No Paraná, o problema só ocorre no Superagüi, onde vive uma comunidade de seis famílias de índios. Em todo o país, a superposição de áreas indígenas com parques nacionais tem sido motivo de muita discussão.

Parques nacionais devem ser preservados, ou seja, não comportariam a exploração da natureza, mesmo aquela promovida por índios. No Superagüi, segundo relata Carneiro, os índios, por exemplo, abriram uma roça do tamanho de quatro campos de futebol e domesticam o papagaio chauá, ameaçado de extinção.

O setor ambientalista também teme que os índios possam ser aliciados por caçadores ou coletores de produtos silvestres para trabalharem na exploração desses recursos. Representantes indígenas, por sua vez, acreditam que novamente os índios serão expulsos de terras que, no início da colonização do Brasil, lhes pertencia.

Carneiro diz acreditar que a oferta de outras áreas pode ser uma solução, no caso do Superagüi. Ele diz que o cacique teria confessado que já as famílias já estiveram em diversas áreas anteriormente, mas que sempre foram expulsos pelos supostos donos das terras.

"Tudo o que eles querem é uma terra para viver." Assim, acredita Carneiro, com muita paciência e empenho das entidades governamentais envolvidas na questão, seria possível convencê-los. No Superagüi, diz ele, os índios sempre terão dificuldades de viver por causa das restrições ambientais.

Carneiro afirma que as negociações devem ser feitas de modo a conquistar a confiança dos índios – o que pode exigir bastante tempo. "Acredito que seja algo para um ou dois anos." Além disso, diz ele, a comunidade deve ser tratada com dignidade e generosidade. Também participaram da visita representantes do Ibama e de uma ONG de Guaraqueçaba.

A agonia do povo guarani

Edívio Battistelli

Como sociedades de agricultores primitivos os índios guarani habitavam as melhores terras do Cone Sul. Por isso, foram sempre escoraçados pelos colonizadores que queriam estas mesmas áreas férteis à produção. Fugiam em bandos, pois não queriam guerras. O ethos tribal é religioso e a religiosidade o traço cultural que dá a grande sustentação à organização deste povo, que sobreviveu até os dias atuais e nos deram tanto à formação da sociedade nacional.

Tomá-los escravos, soldados ou catequizá-los através das reduções jesuíticas, nunca foi possível. Somente o extermínio prevaleceu contra esta etnia que no Brasil, Uruguai, Paraguai, Argentina e Bolívia compunham a grande República Guarani, seccionada que foi pelas colonizações espanhola e portuguesa.

A docilidade, característica deste grupo tupi, como a é para os xetá do Paraná, por exemplo, também do mesmo tronco lingüístico, fez com que perdessem todas as suas terras. Lembro-me que nos anos setenta dos Estados compreendidos entre o Rio de Janeiro ao Rio Grande do Sul apenas duas terras indígenas guarani, a de Laranjinha, no município paranaense de Santa Amélia com apenas 284 hectares e Peruíbe em São Paulo (litoral) sobreviveram ao assalto dos colonizadores. Em alguns locais como em Cacique Doble, Guarita, Votouro e Nonoai no Rio Grande do Sul; Ibirama e Chapecó em Santa Catarina; Rio das Cobras, Mangueirinha e São Jerônimo da Serra no Paraná; e Araribá em São Paulo, viveram como inquilinos nas terras dos kaingang, xokleng e dos terena, situações que ainda persistem até os dias atuais.

No caso paranaense, os guarani de hoje (subdivididos em três subgrupos: m'byá, awá-xiripá e kaiowá), no início da colonização habitavam também o litoral e denominados carijós. Nos ensinaram os caminhos para chegarmos onde estamos e nos deram além das terras que temos os nomes para o ponto inicial da colonização, Paranaguá; a capital Curitiba e o Estado Paraná; os principais rios, Iguaçu, Paraná, Piquiri, Ivaí, Tibagi, Paranapanema; os picos mais importantes Anhangawa, Marumbi e Paraná; ainda as áreas de proteção ambiental do Estado, Guaratuba e Guaraqueçaba; dentre centenas de outras denominações, cujas palavras foram apropriadas da cultura guarani.

A nossa condição representa uma singularidade nacional na relação entre as sociedades indígenas e não-indígenas.

Avessos aos papéis, como todas as tribos indígenas brasileiras, mas com o que se esforçam à adaptação, os guarani guardam intensamente a história oral do antepassado de seu povo. Pressionados à interiorização e fugindo do processo de ocupação pelos não-índios, vivem em bandos e se dispersam no Brasil e países vizinhos, seguindo uma rota cultural, sem todavia, encontrar na maioria das vezes a paz necessária à sua sobrevivência física e étnica. Não quer ser não-índio, mas não pode mais índio. Entre os guarani kaiowá do Mato Grosso do Sul experimentam altas taxas de suicídio. O auto-extermínio é a saída que os jovens entre 14 e 18 anos principalmente, quando desestruturados e vivendo um alto sentimento do vazio, do nada, encontram como solução para um problema



estrutural que é de origem fundiária.

No contexto sul-brasileiro os guarani migram para o leste, aonde estavam seus ancestrais. Acreditam encontrar a terra sem males, àquela existente antes da chegada do colonizador europeu. Ela não mais existe. Somente os lugares marcados pela cultura deste povo antes da nossa chegada. Os locais que representaram ou poderão representar um Tekohá - "uma porção de terras onde o modo de ser guarani se reproduz e manifesta", segundo Bartholomeu Meliá.

Faço uma pequena viagem na história e recordo-me quando o governo do Rio de Janeiro ajudou-nos a criar a primeira terra indígena no Estado para abrigar os guarani, que foi a de Sapucaí (Bracuf) no município de Angra dos Reis, nos anos oitenta. Concomitantemente, no Estado de São Paulo foram regularizadas as

INSTITUTO
SOCIOAMBIENTAL
Documentação
Fonte O Estado do Paraná
Data _____ Pg _____
Class. CONT.

terras indígenas de Barragem, Pico do Jaraguá, Ubatuba, Itanhaém, Rio Silveira, Morro da Saudade e Nhumendajú, todas para os Guarani. No Paraná, aconteciam em 1987 os primeiros entendimentos com a Marinha, relativos às terras da Ilha da Cotonga e Rasa da Cotonga, ocupadas pelos Guarani e hoje definitivamente regularizadas em favor destes índios. No Rio Grande do sul foram criadas as áreas Guarani de Barra do Ouro em Osório e Canta Galo em Viamão, dentre tantos outros locais ainda não demarcados e ocupados pelos guarani, no RS, SC, PR, SP e RJ. Também no MS, os problemas dos índios guarani kaiowá se arrastam devido a indefinição das terras, tendo como resistências segmentos não-índios.

Analisando hoje, qualquer plano estratégico ou macro-estratégico de ordenamento ou reordenamento da ocupação do território nacional, deveria começar pela demarcação das terras indígenas.

Os índios não saíram voluntariamente das terras que habitavam. De lá foram expulsos e portanto, a quebra da tradicionalidade de ocupação foi impositiva. Por outro lado, o direito indígena antecede ao nosso. No caso dos parques nacionais, ocupados por índios ou criados em cima das terras indígenas, em nenhum momento a vontade e os direitos indígenas foram respeitados.

As notícias referentes a expulsão dos índios m'byá guarani do Superagüi não nos causa espanto, pois são atitudes que permeiam a desinformação daqueles que tratam o específico sem a menor noção do conjunto. Mas, os índios vencerão ante a consciência nacional contemporânea, sedenta da recuperação de parte

da dívida moral que temos para com estes povos que já nos deram tanto. O professor Marcello Polinari define o meio ambiente "como um complexo de interações dimensionais entre culturas e ecossistema naturais". As tribos indígenas no seu padrão de cultura original não comercializam valores da natureza (terras, árvores, animais, aves etc...). Se, algum fato destes acontece isoladamente no País envolvendo índios, quem precisa ser monitorado é o restante da sociedade nacional, esta, afeita historicamente ao tipo de transação, das quais os índios foram sempre meros espectadores de filme pouco educativo.

Para suportarem o nosso assédio em todas as suas necessidades durante 500 anos, os guarani souberam culturalmente como proceder, e neste aspecto a questão do Superagüi revela a necessidade antes da "caça aos índios", de uma definição de procedimentos interativos para as áreas de superposição ambiental e indígena, que por sinal, proporcionalmente, são poucas em todo o território brasileiro. Os índios atingidos neste caso, e vale para os guarani, não sabem direito o que vêm acontecendo aqui fora. Acreditamos na necessidade da proteção e assistência lá onde se encontram. Que o estado brasileiro lhes proporcione a necessária capacitação para o enfrentamento das questões ambientais de interesse comum e, pela primeira oportunidade sejam os "silvícolas" os gestores verdadeiros de alguns parques nacionais.

Que bradem os carijós: "Ko yvi oguregô iara", "Esta terra tem dono".

Edívio Battistelli é
engenheiro-agrônomo, indigenista e
assessor especial para assuntos
indígenas do governo do Paraná

MEIO AMBIENTE

O mito contestado

Ecologistas denunciam a invasão de parques nacionais por tribos indígenas e colocam os nativos na incômoda posição de predadores

Aos olhos do mundo branco, desenvolvido e culto, os índios brasileiros sempre foram protetores da natureza e herdeiros de seu hábitat. Tal imagem começa a ser contestada por uma voz inesperada – a dos ecologistas. O confronto já foi declarado. Defensores do meio ambiente estão revoltados com as invasões indígenas em três das mais importantes reservas nacionais. Os nativos são acusados de caçar e desmatar em parques protegidos por lei, santuários onde a ocupação humana é punida com prisão.

O estopim da crise coincide com a invasão do Parque Nacional do Araguaia, no Estado do Tocantins. Combinação única de cerrado, pantanal e floresta amazônica, o parque ocupa um quarto da Ilha do Bananal. No dia 22 de outubro, os javaés e os carajás, donos do restante da ilha, reagiram com violência a uma ação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Os fiscais apreenderam na reserva três tartarugas caçadas pelos índios, e o clima esquentou. A sede do parque foi cercada pelas tribos.

A Polícia Federal mobilizou agentes para evitar um ataque. Amedrontados, os fiscais do Ibama decidiram abandonar a área.

A principal invasão ocorreu no Parque Nacional do Monte Pascoal, um dos raros vestígios de Mata Atlântica no sul da Bahia, ainda com florestas de pau-brasil. Os pataxós, habitantes de uma reserva de 8.600 hectares no local, ocuparam a área de preservação ambiental em 19 de agosto. Desde então, controlam a sede administrativa e cobram ingresso dos turistas. Planejam incorporar a seus domínios os 22.500 hectares do parque. "O-



POSSE Os índios pataxós tomaram o Parque Nacional do Monte Pascoal (à esq.), na Bahia, e devastaram áreas de Mata Atlântica (acima)



COMÉRCIO ILEGAL Há dois anos, fiscais prenderam caçapós que vendiam mogno em reserva indígena no sudeste do Pará

pataxós não têm um modo de vida sustentável", afirma Marília Marreco, presidente do Ibama. "Eles acabaram com a Mata Atlântica da reserva indígena do Monte Pascoal e agora estão derrubando a floresta do parque."

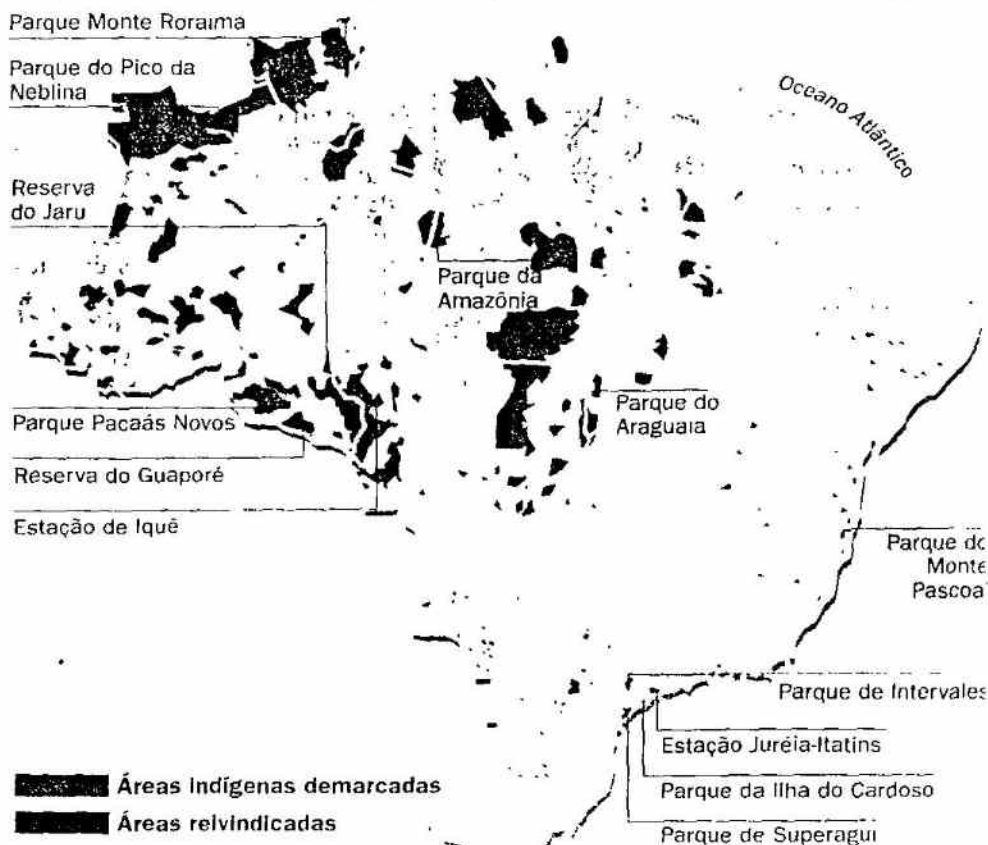
O Lagamar, um conjunto de áreas de preservação no litoral de São Paulo e do Paraná considerado Patrimônio Natural da Humanidade pela Unesco, também foi atacado. Em 1992, grupos nômades de guaranis aportaram no Parque Nacional de Superagui, dentro do complexo, na divisa dos dois Estados. Segundo a chefe do parque, Guadalupe Vivekananda, eles abriram clareiras e estão cortando palmito, o que é proibido por lei. Há denúncias de que estejam caçando duas espécies em extinção – o mico-leão e o papagaio-da-cara-roxa. "Tentam vender os animais a turistas", diz Guadalupe. Também já entraram nos parques estaduais de Intervalos e da Ilha do Cardoso e na Estação Ecológica Juréia-Itatins.

As ocupações são defendidas por organizações indigenistas. "A Constituição proíbe qualquer domínio das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios", argumenta Saulo Feitosa, vice-presidente do Conselho Indigenista Missionário (Cimi). "Tais áreas pertenceram aos índios no passado." A Funai endossa a tese. "Esses parques são terra de índio", afirma o presidente da fundação, Glênio Alvarez, reivindicando a incorporação às reservas indígenas de 11 milhões de hectares hoje pertencentes a parques ecológicos. As tribos rebeldes não estão sem terras. Querem ampliar fronteiras

Os 300 mil índios brasileiros ocupam uma área de 96 milhões de hectares, 11% do território nacional. As reservas ecológicas têm dimensões mais modestas – somam 34 milhões de hectares. Os ambientalistas querem que o governo federal desapropriar terras próximas às áreas em disputa, em vez de sacrificar os santuários protegidos.

Aglutinadora das 16 maiores organizações ecológicas do país, a Rede Pro-Unidades de Conservação cobra do Planalto providências contra as invasões. O conflito dominou o Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, realizado há um mês em Campo Grande, em Mato Grosso do Sul. Originou uma moção assinada por 900 ambientalistas. ▶

FOME DE TERRA Os índios detêm 11% do território nacional. A Funai acha pouco e disputa áreas em unidades de conservação



As vozes do conflito

Invasões de reservas ecológicas expõem as divergências entre ONGs, promotores públicos e órgãos do governo

Francisca Picano



"O Ibama não tem sensibilidade com os índios"

SAULO FEITOSA,
vice-presidente do Conselho Indigenista Missionário

"As Invasões fazem parte de um movimento organizado"

MÁRIO MANTOVANI,
diretor da SOS Mata Atlântica



Fernando Carulli/Divulgação

"Os índios têm direito ancestral sobre todas as terras em questão"

MARIA ELAINE DE FARIAS
coordenadora das Comunidades Indígenas do Ministério Público



Sérgio Dutra/ÉPOCA

"Os índios não estão acima da lei. Em alguns casos, terão de ceder"

ROBERTO GURCEL,
coordenador do Meio Ambiente do Ministério Público



Marcos Antonio Rezende/ÉPOCA

"Os índios não são invasores"

GLÊNIO ALVAREZ,
presidente da Fundação Nacional do Índio



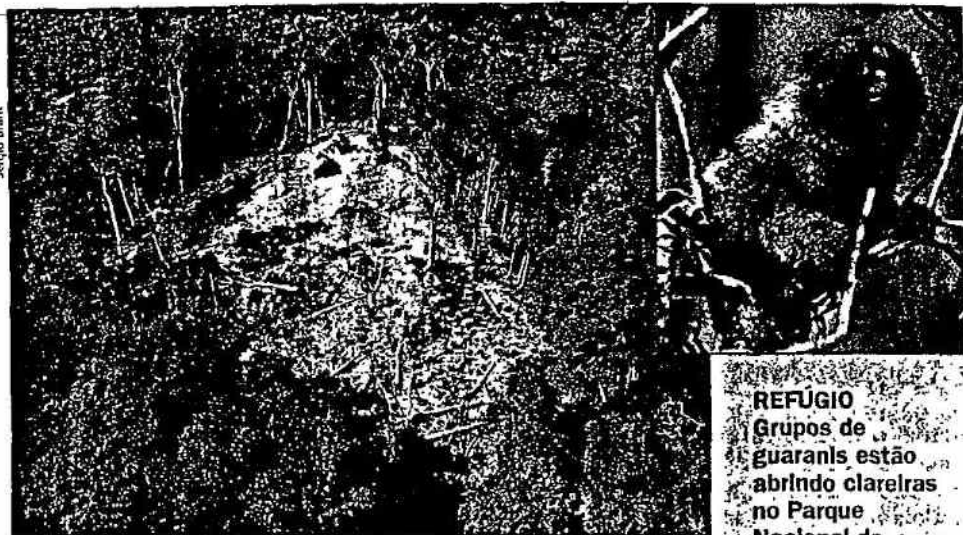
Gláucio Detmar/ÉPOCA

"Eles não podem continuar dentro das unidades de conservação"

MARÍLIA MARRECO,
presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente



Rafaela Carito/ENK A



Sérgio Brandt

REFÚGIO
Grupos de guaranis estão abrindo clareiras no Parque Nacional de

Superagül, último refúgio do mlco-leão-da-cara-preta, um dos primatas mais ameaçados do planeta

Ecologistas reconhecem que remover os índios dos territórios protegidos é missão árdua. O Ibama dispõe de uma ordem judicial para retirar os invasores do Parque Nacional do Monte Pascoal. Não tem coragem de executá-la com receio da repercussão internacional que um eventual confronto possa provocar. "Não podemos usar a força", afirma Luiz Márcio Haddad, diretor de Unidades de Conservação do Ibama. A Secretaria do Meio Ambiente paulista também não cogita expulsar os guaranis dos santuários no litoral. "É problema para a Funai resolver", exime-se o secretário, Ricardo Tinpoli.

A Justiça se abala com o bombardeio de opiniões conflitantes do Ministério Público. Os promotores incumbidos de defender os nativos se opõem aos colegas que levam adiante as queixas dos ambientalistas. Diante do imbróglio, o Palácio do Planalto criou uma comissão que envolve os ministérios da Justiça e do Meio Ambiente mais 15 ONGs. Não há prazo estabelecido para a conclusão dos trabalhos e a apresentação de um diagnóstico.

A imagem dos índios como protetores naturais da floresta começou a ganhar força nos anos 80. O mito do bom selvagem contou com um propagandista de peso: o cacique Raoni, um caiapó que saiu pelo mundo defendendo a causa. Raoni anganou a simpatia de celebridades, como o cantor

Sting. Os ecologistas, na ocasião, alimentaram a idéia de que dar terra aos índios era a forma eficaz de proteger um vasto pedaço da floresta amazônica. Com o status de preservacionistas, os índios tiveram força para, em uma década, triplicar os domínios demarcados. Uma pesquisa do Ibope mostrou que 88% dos brasileiros acham que as tribos não exercem atividades predatórias.

Tal crença esmaeceu em 1998, quando caiapós do Pará foram flagrados contrabandeando mogno. À luz das últimas invasões, os ambientalistas insurgem-se contra o mito. "Em reservas de extensões pequenas, eles degradam tanto quanto o homem branco", afirma Marc Dourojeanni, assessor ambiental do Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Saulo Feitosa, representante do Cimi, reconhece que várias tribos já se esqueceram de como se vive em harmonia com a natureza. "Muitas lideranças foram corrompidas pelos brancos e até as lendas de preservação das

matas, como a do **curupira**, estão sendo desprezadas", explica. Feitosa acredita que os oponentes ainda podem se entender. "Os ecologistas devem admitir que, apesar de tudo, a terra do índio ainda é mais preservada que a do branco".

ALEXANDRE MANSUR
e DECIO VIOTTO

A IMAGEM

Katiê Müller



Sobrevivência indígena

Índios que vivem hoje no Parque Nacional do Superagüi, no litoral paranaense, tentam sobreviver da produção do artesanato vendido aos poucos turistas que visitam a ilha. As mulheres mais velhas passam o dia com instrumentos cortantes na mão, num trabalho para dar forma a peças de madeira. Eles lutam contra o tempo. Ambientalistas de todo o Brasil estão pedindo a retirada das comunidades indígenas de áreas de preservação permanente, o que inclui Superagüi. A proposta causa revolta entre os índios, que não encontram outra forma de manter a unidade das aldeias.

MEIO AMBIENTE | AMBIENTALISTAS ALEGAM QUE ÁREAS DE PRESERVAÇÃO CORREM RISCOS COM A PRESENÇA DE INDÍGENAS

Retirada de índios de reserva causa revolta

Movimentos em todo o Paraná garantem que convivência tem sido "pacífica e respeitosa"

A INTENÇÃO DE PARTE DO SETOR AMBIENTALISTA de retirar as comunidades indígenas de áreas de preservação, sobretudo dos parques nacionais, causou revolta no movimento indígena paranaense. O Conselho Indígena de Guarapuava, o mais atuante do estado, está protestando contra a manifestação de ambientalistas que querem retirar uma comunidade de cerca de 30 índios do

Parque Nacional do Superagüi, litoral paranaense.

O problema dos índios que vivem em parques nacionais está sendo analisado por uma comissão interministerial, coordenada pelos Ministérios do Meio Ambiente e da Justiça. Os ambientalistas alegam que o meio ambiente das áreas de preservação corre riscos com a presença de indígenas. Segundo os ambientalistas, os índios

são vítimas em potencial do alijamento de brancos que querem explorar as áreas de preservação, seja pela extração de produtos florestais ou pela captura de animais silvestres.


O presidente do Conselho Indígena de Guarapuava e vice-presidente do Conselho Nacional dos Povos Indígenas, Pedro Cornélio Seg Seg, em nota divulgada à imprensa, afirma que a manifestação dos am-

bientalistas é desrespeitosa com os índios. Segundo ele, a convivência dos índios com o meio ambiente tem sido "pacífica e respeitosa" por milhares de anos. Seg Seg questiona ainda se foram os índios que causaram tanta desgraça ao meio ambiente e conclui que, se existem áreas indígenas deprecadas, o culpado é o homem branco.

O indigenista e assessor especial do governo para assuntos indígenas, Edívio Battistelli, afirma que a posição daqueles que defendem a expulsão dos índios dos parques nacionais reflete falta de informação da cultura indígena. Ele lembra que os parques nacionais foram criados sobre terras indígenas e que eles não saíram delas voluntariamente.

Para Battistelli, os índios devem ser inseridos no processo de proteção aos parques nacionais. "Por que esses índios não poderiam ser utilizados pelo Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente) como fiscais do parque?", sugere Battistelli. Ele ainda lembra que se os índios são suscetíveis de serem aliciados pelos brancos, deve haver uma maior monitoração e fiscalização justamente das pessoas que fazem isso.

* FERNANDO MARTINS

INSTITUTO	
	
Documentação	
Fonte	GAZETA DO POVO
Data	02/12/2000 Pg 14
Class.	

MEIO AMBIENTE

Comissão vai definir política para comunidades indígenas

Até maio de 2001, serão estabelecidas medidas para índios que vivem em áreas de preservação

ATÉ MAIO DO ANO QUE VEM, O GOVERNO federal deve começar a definir uma política nacional para determinar o que fazer com comunidades indígenas que vivem em áreas de preservação permanente. A informação é do presidente da Liga Ambiental do Paraná e representante das entidades ambientalistas da Região Sul no Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), José Álvaro Carneiro. Ele participa de uma subcomissão que tem por objetivo auxiliar um grupo interministerial, coordenado pelos ministros da Justiça e do Meio Ambiente.


Em todo o país, existem diversas áreas de preservação ambiental - como parques nacionais

- onde vivem comunidades indígenas. Segundo Carneiro, essa situação, em diversos pontos do país, como no Parque Nacional do Xingu (MT) e no Parque Nacional do Monte Pascoal (BA) gera constantes conflitos.

A presença dos indígenas também é vista pelos ambientalistas como um risco ao meio ambiente. Carneiro destaca que os índios, por exemplo, estão mais propensos a serem usados pelos brancos para extrair árvores e caçar animais silvestres. No Paraná, uma das áreas de preservação na qual vive uma comunidade indígena, com cerca de 40 índios guaranis, é o Parque Nacional de Superagüi, no litoral do estado.

No início de novembro, durante o II Congresso Nacional de Unidades de Conservação, realizado em Campo Grande (MS), ficou definido que os ambientalistas pressionariam o governo federal para que os índios fossem retirados das áreas de preservação. Os ambientalistas afirmam que a natureza não pode pagar a dívida que a sociedade tem com os índios.

* FERNANDO MARTINS

INSTITUTO

 Documentação
 Fonte: GAZETA DO POVO
 Data: 21/11/2000 Pg 13
 Class.:

Os índios e os parques nacionais

EDIVIO BATTISTELLI

Não sei se de forma irônica ou pretensão real, ambientalistas promovem movimento no país para retirada de indígenas que vivem em áreas de parques nacionais. A argumentação de que a "legislação ambiental brasileira desde a década de 30 começou a deixar o antropocentrismo de lado priorizando a natureza como bem maior da humanidade", é desnecessária quando se trata dos povos indígenas. Estas etnias viveram sempre em perfeito equilíbrio com o ecossistema, o que foi quebrado a partir das influências do elemento desestabilizador: "homem branco".

A expropriação das terras indígenas foi uma constante no processo de ocupação do território nacional pelos não índios, inclusive, para constituição dos parques. A grande premissa foi a de satisfazer a nossa vontade sem que os índios fossem consultados. Nada de estranho, afinal a caneta sempre esteve do lado de cá.

Há anos, estados da federação vêm devolvendo áreas de terras aos índios, deles retiradas no passado para a criação de parques estaduais.


A consciência nacional cresceu e com ela as leis melhoraram muito em favor destes povos, como manifestação de uma vontade social. Nada vemos de assombroso na postulação dos índios por áreas que constituem parques, ora incrustadas no interior das terras por eles habitadas, como é o caso de Boto Velho na Ilha do Bananal, (terras dos Javaé, Carajá e Tapirapé) ou mesmo do Yanomani, dentre outros.

A lei n.º 9.985 de 18 de julho de 2000, que institui o sistema nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências, determina que os órgãos federais responsáveis pela execução das políticas ambiental e indigenista deverão instituir grupos de trabalho com vistas à regularização das superposições entre áreas indígenas e unidades de conservação ouvidas as comunidades atingidas. Há de se reconhecer os avanços obtidos a respeito da questão. Mas é preciso ainda mais: chegar ao reconhecimento de realidades, sem esquecer o conjunto. Preservar é preciso, como é necessário que os índios, mais uma vez, não sejam os mais sacrificados em favor de outros segmentos. A inclusão social destes povos tem sido tarefa difícil porque muitas vezes a realização de objetivos da sociedade não índia, como no caso, situa-se em um plano diferente dos interesses indígenas. Buscar o equilíbrio, preservar, resgatar e respeitar aspectos culturais e ambientais é necessário, e esta é uma responsabilidade de toda a sociedade brasileira, justo a mesma que, direta ou indiretamente, contribui para a ruptura entre o índio e o meio ambiente, em quase todas as regiões do país.

Os índios poderão e devem ser os principais gestores ambientais dos parques brasileiros com superposição, devendo apenas receber o apoio e assessoramento nosso para os problemas de origem externa. Tirá-los destes locais é tão utópico quanto um pedido indígena para que os não índios deixem este país.

Não cabe nos tempos atuais a solicitação para que os Pataxó deixem o Monte Pascoal na Bahia ou os Guarani o Superagui no Paraná. Coisa de 500 anos atrás e cercada de retrocesso.

Assim, sem vencidos mas todos vencedores, a convivência harmônica entre o índio e o meio onde vive é a melhor saída ambiental e indigenista para nós brasileiros.

INSTITUTO	Documentação
	
SOCIOAMBIENTAL	
Fonte	GAZETA DO POVO
Data	19/11/2000 Pg
Class.	

Índios podem ser retirados de Superagui Pesquisadores querem a desocupação imediata das áreas de proteção ambiental

CLARISSA LIMA

Ambientalistas estão pedindo ao ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, a remoção dos índios que ocupam áreas de proteção ambiental que pertencem a parques nacionais. Uma dessas áreas é a que está ocupada há dez anos por índios guaranis no Parque Nacional do Superagui, no litoral norte do Paraná.

A decisão dos ambientalistas foi tomada durante o II Congresso Nacional de Unidades de Conservação, finalizado no último dia 9 em Campo Grande (MS), e representa a posição oficial de cerca de 700 pesquisadores, conservacionistas e diretores de unidades de conservação de todo o Brasil. Na plenária do congresso eles votaram pela redação de uma moção que defende a "imediata retirada" das comunidades indígenas que ocupam unidades de conservação.

No texto do documento os ambientalistas argumentam que o Brasil já destinou 11% de seu território para as comunidades indígenas, reservando apenas 2,5% para a proteção integral de sua diversidade biológica. "Ambos os direitos – o indígena e o ambiental – são garantidos constitucionalmente, sem submissão de um pelo outro. Assim, inaceitável qualquer tentativa de sobrepor os legítimos interesses indígenas aos igualmente legítimos interesses ambientais", argumentam os conservacionistas.

Polêmica

A posição dos ambientalistas reacende a briga entre o Ibama (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis), que administra os parques nacionais, e a Funai (Fundação Nacional do Índio).


Para Antônio Roberto de Paula, administrador da Funai em Curitiba, o assunto deve ser discutido pelo Congresso Nacional e pela sociedade. Segundo ele, pelo Estatuto do Índio (Lei 6001/67), a remoção de povos indígenas só pode ser autorizada por deputados e senadores.

O administrador defende também que, como não há uma regra específica na lei que fale sobre a retirada de índios que estão em áreas de proteção ambiental, os ambientalistas não podem exigir a remoção destes povos sem antes iniciar uma ampla discussão do assunto.

Sérgio Brant, diretor de unidades de conservação do Ibama em Brasília, contesta este argumento. Para ele, a autorização do Congresso Nacional para remoção de índios vale apenas nos casos em que eles são ocupantes de áreas reconhecidas pelo governo. "Não é o caso dos parques nacionais. Quando o governo criou os parques, os índios não estavam lá. Eles invadiram estas áreas", diz o diretor, que acusa a Funai de estar encaminhando, propositalmente, os índios para os parques.

Disputa

Na guerra aberta entre Ibama e Funai, a solução para o impasse está longe. Enquanto Antônio Roberto de Paula defende um estudo para a demarcação das terras ocupadas pelos guaranis em Superagui, Sérgio Brant reafirma a "impossibilidade de flexibilização" da lei que regula o uso dos parques nacionais para "acomodar reivindicações territoriais de qualquer tipo".

INSTITUTO	
	Documentação
SOCIOAMBIENTAL	
Fonte	TRIBUNA DE IMPRENSA
Data	09/11/2000 Pg. _____
Class.	_____

Ambientalistas pedem retirada de índios de reservas naturais

CAMPO GRANDE - Ambientalistas de todo o País que participam do II Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, em Campo Grande, estão subscrevendo um abaixo-assinado, com mais de 700 assinaturas, pedindo ao governo federal a remoção imediata dos índios que invadiram parte das reservas naturais dos parques nacionais de Monte Pascoal, na Bahia, Araguaia, em Tocantins e Superagui, no Paraná.

O documento será encaminhado ao presidente Fernando Henrique Cardoso, aos presidentes do Senado Federal, Antônio Carlos Magalhães, e da Câmara dos Deputados, Michel Temer. Também os ministros do Meio Ambiente, José Sarney Filho, da Casa Civil, Pedro Parente, e José Gregori, da Justiça, além do procurador Geral da República, Geraldo Brindeiro, receberão o documento.

O abaixo-assinado é uma das armas que os ambientalistas levarão para a reunião extraordinária do Conselho Nacional de Meio Ambiente, que acontecerá na próxima terça-feira, onde a questão das invasões dos parques será decidida. Os ambientalistas terão pela frente, nesta reunião, representantes de instituições governamentais protetoras dos índios. "Estamos atirando no próprio pé, quando permitimos que sem-terra, com-terra, indígenas e espíritos invadam as nossas unidades de conservação", afirmou o promotor da capital paulista, Antonio Herman Benjamin.

Segundo ele, desde a década de 30, a legislação ambiental brasileira começou a deixar o "antropocentrismo" de lado, priorizando a natureza como bem maior da humanidade. Benjamin garantiu existir preparação dos índios para invadir os parques nacionais de Monte Roraima, Pico da Neblina, bem como as reservas biológicas de Guaporé e Abofari.


Intervenção

No Paraná, o maior problema é no Parque Nacional do Iguaçu, onde quase 500 pessoas invadiram a Estrada do Colono, que corta o local ligando os municípios de Medianeira e Santa Helena.

A juíza do Tribunal Regional Federal, da 4ª Região, em Porto Alegre, Maria de Fátima Labarrere, afirmou que a Justiça federal poderá definir ainda este mês um pedido de intervenção federal no Estado do Paraná para que o governador cumpra o despejo dos invasores, já decidido pelo Poder Judiciário, determinando o fechamento da estrada e a expulsão dos invasores.

"A intervenção federal será a única alternativa para acabar com o problema", afirmou a juíza. Ela explicou que a Polícia Militar do Paraná, Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal e a Capitania dos Portos alegam impossibilidade de atuar contra o problema. A magistrada afirmou que as Forças Armadas serão convocadas para cumprir a decisão judicial.

Maria de Fátima participa do congresso que começou na segunda-feira em Campo Grande. Disse ainda que o Ministério Público solicitou suspensão temporária do processo sobre o fechamento da estrada, com o objetivo de encontrar solução pacífica, porém as negociações não estão avançando.

INSTITUTO	
	
Documentação	
Fórmula	O Estado do Paraná
Data	09/11/2000 Pg 6
Class.	

Documento pede índio longe de Superagui

Campo Grande (AE) - Ambientalistas de todo o País que participam do II Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, em Campo Grande, estão subscrevendo um abaixo assinado com mais de 700 assinaturas pedindo ao governo federal a remoção imediata dos índios que invadiram parte das reservas naturais dos parques nacionais de Monte Pascoal, na Bahia, Araguaia, em Tocantins e Superagui, no Paraná.

O documento será encaminhado ao presidente Fernando Henrique Cardoso, aos presidentes do Senado Federal, Antônio Carlos Magalhães e da Câmara dos Deputados, Michel Temer. Os ambientalistas terão pela frente representantes de instituições governamentais protetoras dos índios. "Estamos atirando no pé quando permitimos que invadam as nossas unidades de conservação", afirmou o promotor da capital paulista, Antônio Herman Benjamin.

Parque Iguaçu

Segundo ele, desde a década de 30 a legislação ambiental brasileira começou a deixar o "antropocentrismo" de lado, priorizando a natureza como bem maior da humanidade. Benjamin

garantiu existir preparação dos índios para invadir os parques nacionais de Monte Roraima, Pico da Neblina, bem como as reservas biológicas de Guaporé e Abofari.

No Paraná, o maior problema é no Parque Nacional do Iguaçu, onde quase 500 pessoas invadiram a Estrada do Colono, que corta o local ligando os municípios de Medianeira e Santa Helena. A juíza do Tribunal Regional Federal, da 4.ª Região, em Porto Alegre, Maria de Fátima Labarrere, afirmou que a Justiça federal poderá definir ainda este mês um pedido de intervenção federal no Estado do Paraná para que o governador cumpra o desejo dos invasores já decidido pelo Poder Judiciário, determinando o fechamento da estrada e a expulsão dos invasores.

"A intervenção federal será a única alternativa para acabar com o problema", afirmou a juíza. Ela explicou que a Polícia Militar do Paraná, Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal e a Capitania dos Portos alegam impossibilidade de atuar contra o problema. A magistrada afirmou que as Forças Armadas serão convocadas para cumprir a decisão judicial.

"Existem outras áreas para os índios fora dos parques", comenta Brant. "A retirada dos guaranis da Ilha do Superagui seria mais uma violência contra este povo e mais uma passo para a sua "sentença de morte", afirma Paula.

Tribo guarani vive "no passado"
Índios de Superagüi caçam, plantam e fazem artesanato como seus ancestrais

CLARISSA LIMA

A tribo de guaranis da Ilha de Superagüi vive no alto do Morro das Pacas e dedica-se a lavoura de subsistência e a caça. A aldeia, de difícil acesso, tem 29 índios, divididos em sete famílias. As casas são moradias típicas, construídas com madeira e barro batido e cobertas de palha.

Os índios dormem no chão. A maioria fala apenas o guarani, mas todos recebem também um nome em português. Eles vestem-se com roupas doadas na maioria das vezes por turistas e andam sempre descalços.

Enquanto os homens passam o dia no mato caçando, as mulheres ficam na aldeia cuidando das crianças e fazendo artesanato. Elas fazem cestos de palha e pequenas esculturas em madeira de animais da fauna da ilha. Entre eles estão o tatu, onça, tamanduá, macaco e o porco do mato. Os objetos são vendidos para os turistas em Paranaguá.

Os guaranis plantam principalmente milho, mandioca, batata doce, abóbora, melancia e fumo. A lavoura fica em pequenas áreas, ao lado da aldeia. Para comer eles caçam veados, tatus, pacas, capivaras, onças e jacarés. Para capturar os animais usam armadilhas feitas artesanalmente.

Todos os dias no fim da tarde eles se reúnem no centro da aldeia para cantar e dançar. Fernando Benite, 29 anos, um dos integrantes da tribo, explica que a cerimônia serve para "agradecer a Deus pelo dia de hoje".

Álvaro Ramires, 16 anos, é quem toca o "rabé", espécie de violino usado pelos guaranis nas cerimônias. Ele também se encarrega de ensinar os passos da dança para as crianças da aldeia. Álvaro aprendeu tudo pelas suas passagens por outras aldeias. Ele conta que é costume entre o povo guarani os meninos saírem de sua aldeia original e deixarem a família para conhecer outros lugares.

Fernando, que substitui o cacique quando é preciso, disse que os índios estão bem morando em Superagüi. Ele diz que quando não colhem o suficiente com a lavoura, compram arroz e farinha na cidade. Segundo ele, não pescam porque tiveram a rede roubada. De auxílio da Funai recebem remédios para as crianças.

Ibama acusa os índios de desmatar floresta
Diretora do parque acusa a Funai de oportunismo

A diretora do Parque Nacional do Superagüi, Guadalupe Vivekananda, afirma que os índios já desmataram três hectares da vegetação do Morro das Pacas para construir a aldeia e plantar. Segundo ela, os guaranis que habitam o parque foram trazidos até a ilha pela Funai, vindos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

De acordo com Guadalupe, a Funai estaria agindo de forma "oportunista", levando o índios para o parque. A diretora afirma que "não há mais possibilidade de diálogo com a Funai sobre

o assunto, que com raras exceções só demonstrou atitudes antiéticas através de seus profissionais".

Para Guadalupe, falta boa vontade da Funai em retirar os índios do local, já que existe uma área indígena, reconhecida oficialmente, na Ilha da Cotinga (município de Paranaguá), próxima ao parque. Conforme ela, os índios também poderiam ser levados para uma área que poderia ser demarcada na Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba.

Além do desmatamento, Guadalupe acusa os índios de comercializarem animais silvestres, muitos em ameaçados. Ela diz que os índios já foram vistos com micos-leões e aves silvestres, como o papagaio-da-cara-roxa, espécie em extinção, assim como o mico-leão-da-cara-preta, recém-descoberto.

"A Funai, ao invés de ficar criando áreas indígenas sem um critério adequado deveria cuidar mais dos índios que já têm terras demarcadas e sempre são visto revirando latas de lixo em Paranaguá", comenta a diretora.

Segundo Sérgio Brant, diretor de Unidades de Conservação do Ibama, além do parque do Superagüi e dos parques nacionais de Monte Pascoal (BA) e Araguaia (TO), já invadidos por tribos indígenas, há a possibilidade de outras unidades de conservação serem invadidas. Como exemplo, ele cita os parques de Monte Roraima e do Pico da Neblina e reservas biológicas de Guaporé e Abufari.

Em busca do paraíso na Terra Passagem pela ilha faria parte da cultura das tribos nômades

A indigenista Luli Miranda, presidente da organização não-governamental paranaense Terra Mater, diz que a ocupação guarani na área do litoral do Paraná é milenar. Ela defende a idéia de que a Ilha do Superagüi faz parte da "trilha de perambulação" da tribo. "Os guaranis são povos nômades, que buscam a Terra Sem Mal, um paraíso que eles acreditam que exista na Terra. Eles acham que para alcançar este paraíso devem passar pela ilha. É uma relação espiritual que eles têm com a terra", explica.

Carlos Marés, ex-presidente da Funai, também defende a permanência dos guaranis no Parque Nacional do Superagüi. Professor de direito ambiental, ele defende o direito dos índios de "perambular pela floresta".

Marés afirma que os índios têm o direito de ocupar áreas de remanescentes de Mata Atlântica. "As reservas dadas aos guaranis são minúsculas. Um ironia se formos analisar a sua história: em 1500 eles eram 2,5 milhões e ocupavam territórios do Brasil, Paraguai, Argentina e Bolívia. Hoje, eles não passam de 30 mil índios, que se vêem obrigados a se confinar em parques, áreas que o branco não se interessou em destruir", diz.

Para o professor, ou se permite que os guaranis vivam no local que escolheram ou serão um povo fadado ao desaparecimento. "Se nós, brancos, precisamos desta floresta, eles também precisam. Fomos nós que fizemos as leis que estamos usando agora contra eles. Além da floresta e animais, os índios e sua cultura também estão em extinção", comenta.

Para Marés não há sentido em afirmar que os índios foram levados a Superagüi pela Funai. Eles estariam morando num local – no alto de um morro – que não é de seu costume. "Dizer que eles foram "levados" é menosprezar toda a sua cultura, colocá-los numa situação de inferioridade. Os índios moram em lugares de acordo com suas preferências, não de acordo com seus instintos, como querem crer aqueles que ainda vêem os índios como animais".

Conama discute superposição de áreas

Governo busca uma solução para os conflitos entre ambientalistas e indigenistas

BRASÍLIA – O Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) começou a discutir uma solução para os conflitos entre ambientalistas e indigenistas pela controle do território de 27 reservas biológicas, estações ecológicas, parques e florestas nacionais que estão dentro de terras indígenas. “Podemos ser parceiros, porém não seremos reféns”, avisou o ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho.

O ministro disse, na terça-feira, na 27ª Reunião Extraordinária do Conama, que o País está perdendo biodiversidade por causa da “atuação predatória de certos grupamentos indígenas em suas áreas de direito e em áreas legalmente protegidas”. Mas reconheceu que a incapacidade de o Estado incorporar as comunidades indígenas levou alguns grupos a destruírem os ecossistemas onde vivem.

O problema mais grave ocorre no Parque Nacional do Araguaia, onde os índios ex-



Sarney Filho, seu secretário José Carlos (D) e Glênio Alvarez (E), da Funai: preocupação com a biodiversidade

pulsaram funcionários do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais e Renováveis (Ibama). Segundo a presidente do órgão, Marília Marreco, os javaés, carajás e avás-canoeiros estavam, em plena piracema, época de desova, retirando 1 tonelada de peixes por semana do parque.

Outra área preocupante é a do Parque Nacional de Monte Pascoal, ocupado pelos índios no ano passado. Marília disse que imagens de satélites comprovam a devastação florestal promovida pelos pataxós nas áreas onde viviam. Agora, os acusa de retirar madeira do parque nacional para fazerem suas gamelas.

Há problemas também no Parque de Superagüi, no Paraná. “Sempre há uma ameaça no ar de que poderão avançar mais sobre as unidades de conservação”, reclamou Marília, denunciando que os índios são insuflados por madeireiros e entidades indígenas.


O presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Glênio Alvarez, nega que os índios estejam invadindo unidades de conservação. “Eles não podem invadir áreas que

sempre foram deles.” O representante do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) Paulo Machado Guimarães concorda: “Os índios não invadem, reagem à opressão.”

Grupo – Por falta de consenso no Conama, instituiu-se um grupo de trabalho para

analisar propostas como a do Instituto Socioambiental (ISA), de criar a Reserva Indígena dos Recursos Naturais, área que seria fixada a critério dos índios dentro de suas terras e com o compromisso de proteção dos recursos ambientais. (AE)

Araguaia

INSTITUTO	
	
Documentação	
SOCIOAMBIENTAL	
Fonte	<u>Tribuna da Imprensa/RJ</u>
Data	<u>10/11/2000</u> Pg. _____
Class.	_____

Ambientalistas pedem retirada de índios de reservas naturais

CAMPO GRANDE - Ambientalistas de todo o País que participam do II Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, em Campo Grande, estão subscrevendo um abaixo-assinado, com mais de 700 assinaturas, pedindo ao governo federal a remoção imediata dos índios que invadiram parte das reservas naturais dos parques nacionais de Monte Pascoal, na Bahia, Araguaia, em Tocantins e Superaguai, no Paraná.

O documento será encaminhado ao presidente Fernando Henrique Cardoso, aos presidentes do Senado Federal, Antônio Carlos Magalhães, e da Câmara dos Deputados, Michel Temer. Também os ministros do Meio Ambiente, José Sarney Filho, da Casa Civil, Pedro Parente, e José Gregori, da Justiça, além do procurador Geral da República, Geraldo Brindeiro, receberão o documento.

O abaixo-assinado é uma das armas que os ambientalistas levarão para a reunião extraordinária do Conselho Nacional de Meio Ambiente, que acontecerá na próxima terça-feira, onde a questão das invasões dos parques será decidida. Os ambientalistas terão pela frente, nesta reunião, representantes de instituições governamentais protetoras dos índios. "Estamos atirando no próprio pé, quando permitimos que sem-terra, com-terra, indígenas e espíritos invadam as nossas unidades de conservação", afirmou o promotor da capital paulista, Antonio Herman Benjamin.

Segundo ele, desde a década de 30, a legislação ambiental brasileira começou a deixar o "antropocentrismo" de lado, priorizando a natureza como bem maior da humanidade. Benjamin garantiu existir preparação dos índios para invadir os parques nacionais de Monte Roraima, Pico da Neblina, bem como as reservas biológicas de Guaporé e Abofari.

Intervenção

No Paraná, o maior problema é no Parque Nacional do Iguaçu, onde quase 500 pessoas invadiram a Estrada do Colono, que corta o local ligando os municípios de Medianeira e Santa Helena.

A juíza do Tribunal Regional Federal, da 4ª Região, em Porto Alegre, Maria de Fátima Labarrere, afirmou que a Justiça federal poderá definir ainda este mês um pedido de intervenção federal no Estado do Paraná para que o governador cumpra o despejo dos invasores, já decidido pelo Poder Judiciário, determinando o fechamento da estrada e a expulsão dos invasores.

"A intervenção federal será a única alternativa para acabar com o problema", afirmou a juíza. Ela explicou que a Polícia Militar do Paraná, Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal e a Capitania dos Portos alegam impossibilidade de atuar contra o problema. A magistrada afirmou que as Forças Armadas serão convocadas para cumprir a decisão judicial.

Maria de Fátima participa do congresso que começou na segunda-feira em Campo Grande. Disse ainda que o Ministério Público solicitou suspensão temporária do processo sobre o fechamento da estrada, com o objetivo de encontrar solução pacífica, porém as negociações não estão avançando.

Índios estão repovoando o litoral do Paraná

Expulsos da região no processo de colonização, os tupis-guaranis estão retornando para a "tekuá", a terra boa

Pontal do Paraná – Quinhentos anos depois da chegada dos portugueses ao Brasil, o litoral do Paraná – primeira região do estado onde o europeu se fixou e, por isso, acabou por expulsar os índios – começa novamente a ser repovoado pelos indígenas. Em um processo que se intensificou há cerca de 15 anos, famílias inteiras de guaranis estão migrando de diversas áreas dos países do Cone Sul (Argentina, Uruguai, Paraguai e Brasil) para o litoral do Paraná, região que acreditam ser a "tekuá" (terra boa) de que falavam seus ancestrais.

A última leva, três famílias do grupo M'byá (25 índios ao total, vindos originalmente do Uruguai e da Argentina), chegou, há cerca de oito meses, a uma região em meio à mata nativa do município de Pontal do Paraná. Eles se estabeleceram nas proximidades do Rio Guaraguaçu e pretendem viver longe do homem branco para manter suas tradições. O retorno às origens, porém, ainda é modesto. Mesmo com a chegada da última comunidade, existem hoje apenas 36 famílias de índios vivendo no litoral, diz Edívio Battistelli, assessor para assuntos indígenas do governo do estado. No Paraná inteiro, a população indígena é bem maior: 10.200 pessoas.

Dóceis

Os índios tupis-guaranis, habitantes originais do litoral do estado quando da chegada dos portugueses, têm uma natureza muito mais dócil do que guerreira, explica Battistelli. "Por isso, em vez de lutarem por sua terra, eles fugiram do processo de colonização, indo se estabelecer em outras regiões", diz. No entanto, através da tradição oral, os antepassados sempre transmitiam as histórias da "tekuá", uma terra sem males. Assim, os descendentes dos índios, que se espalharam por vários países, estão tentando retornar a essa terra mítica.

Como consequência desse processo de retorno às origens, os índios estão se fixando sobretudo no litoral e na Serra do Mar, do Rio Grande do Sul ao Espírito Santo. Os locais escolhidos pelos índios, além de afastados das cidades, normalmente têm vestígios de já terem sido ocupados pelos indígenas, diz Battistelli.

Iuti Apoá


A comunidade que se fixou às margens do Rio Guaraguaçu, por exemplo, fica próxima a um sambaqui – espécie de cemitério e depósito secular de dejetos alimentares dos antigos indígenas. "Eles chamam o sambaqui de 'iuti apoá', ou seja, o morro em que estão os antepassados", diz Battistelli.

No processo de retorno à "tekuá", os índios, muitas vezes, têm entrado em conflito com os donos das terras que eles passam a ocupar, lamenta o assessor para assuntos indígenas. "Na visão dos índios, eles apenas estão reivindicando o direito às terras que lhes foram retiradas".

Fernando Martins

TRADIÇÕES

- **A BASE** da cultura guarani é a família nuclear extensa (pais e filhos somados a outros parentes)
- **DEDICAM-SE** sobretudo à agricultura de subsistência, à pesca e ao artesanato
- **O CASAMENTO** entre índios é única festa que comemoram
- **NÃO** tomam banho com sabão ou sabonete porque tira a oleosidade da pele, defesa natural contra mosquitos
- **CONTINUAM** a praticar o arco e flecha

INSTITUTO

Documentação
 SOCIOAMBIENTAL
 Fonte: GAZETA DO Povo (PR)
 Data: 06/10/99 Pg 15
 Class.:

Religiosidade é marcante Longe dos vícios do povo branco

Uma das características mais marcantes dos índios guaranis é a religiosidade, principal elo de ligação social entre os membros da tribo. O deus "Inhanderu", venerado pela tribo, em muitos aspectos se parece com o Deus cristão. É um espírito que está na natureza e que não tem forma nenhuma, explica Edívio Battistelli.

Na tribo do Guaraguaçu, a religiosidade se materializa na Casa da Reza, cabana erguida com madeira e coberta com barro, e respeitada pelos índios, que só têm acesso ao seu interior em

rituais especiais. Ali mora a "Vó", como os índios chamam uma senhora que, dizem eles, tem 129 anos.

Segundo o curandeiro da tribo, Karaf Tataendo, que em português adotou o nome Silva, foi a Vó que o ensinou nas artes da cura. Todos os medicamentos usados no tratamento dos índios são extraídos da natureza. Para a escolha da erva correta, explica Tataendo, ele faz uma oração, na Casa da Reza, para Inhanderu, que indica qual planta é a certa para a enfermidade que pretende curar. (FM)

Embora já estejam relativamente aculturados, os índios da comunidade do Guaraguaçu escolheram o local para ficar longe do homem branco e, assim, conseguiram manter a tradição. Segundo a assistente social da prefeitura de Pontal do Paraná, Silvania Maria da Silva, uma das grandes preocupações da tribo é com relação à bebida. Quando em contato com o branco, muitos índios experimentam bebidas alcoólicas e se viciam.

A proximidade com os males da civilização inclusive, foi uma das principais causas da saída da

tribo da Ilha da Cotinga. Lá, a interferência do homem branco tem sido sentida de um modo bastante significativo. Os índios do Guaraguaçu inclusive tornam-se mais arredios quando pessoas estranhas os visitam, dizem os funcionários da prefeitura.

Apesar do afastamento do homem branco, os índios do Guaraguaçu não gostam de criticá-lo. Quando o indígena Karaf Tataendo foi questionado sobre o modo de vida na cidade, preferiu nada dizer. Eles não criticam para não terem seu modo de vida criticado. (FM)



Vallero Santos

As crianças índias do Guaraguaçu falam a língua guarani, mas aprendem português e espanhol quando começam a crescer.

OS GUARANI NA MATA ATLÂNTICA

Maria Inês Ladeira (*)

A PRESENÇA DE COMUNIDADES GUARANI EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO TEM CONFRONTADO ORGANISMOS INDIGENISTAS OFICIAIS E AMBIENTALISTAS. ENQUANTO A DISCUSSÃO TOMA SEU CURSO, OS ÍNDIOS SEGUEM SEU DESTINO EM ILHAS LITORÂNEAS ENTRE SP E PR. PARA ELES, OCUPÁ-LAS SIGNIFICA VIVER NO ESPAÇO INTERMEDIÁRIO ENTRE ESTE MUNDO E A "TERRA SEM MALES"

O Vale do Ribeira, região onde se insere o estuário Iguape-Paranaguá, conserva a maior área de Mata Atlântica contínua do país e uma das maiores extensões de manguezais do planeta. Atualmente, com exceção da Ilha da Cotinga (Paranaguá - PR), as demais ilhas do Complexo Lagunar, onde encontram-se aldeias guarani, são Parques. No estado do Paraná, a Ilha do Superagui e a Ilha das Peças integram o Parque Nacional do Superagui, com 21,4 mil hectares, criado em 25 de abril de 1989 através do Decreto Federal nº 97.688 e administrado pelo Ibama.

O Parque Estadual da Ilha do Cardoso (Peic) foi criado através do Decreto Estadual nº 40.319, de 03/07/1962, e abrange os 22,5 ha da Ilha do Cardoso.

Mesmo após a decisão do Supremo Tribunal Federal que, em 17/09/92, instituiu a Ilha do Cardoso como bem de domínio da União, pondo fim a um antigo litígio, o Peic continuou sob a administração do governo estadual, através do Instituto Florestal da Secretaria do Meio Ambiente.

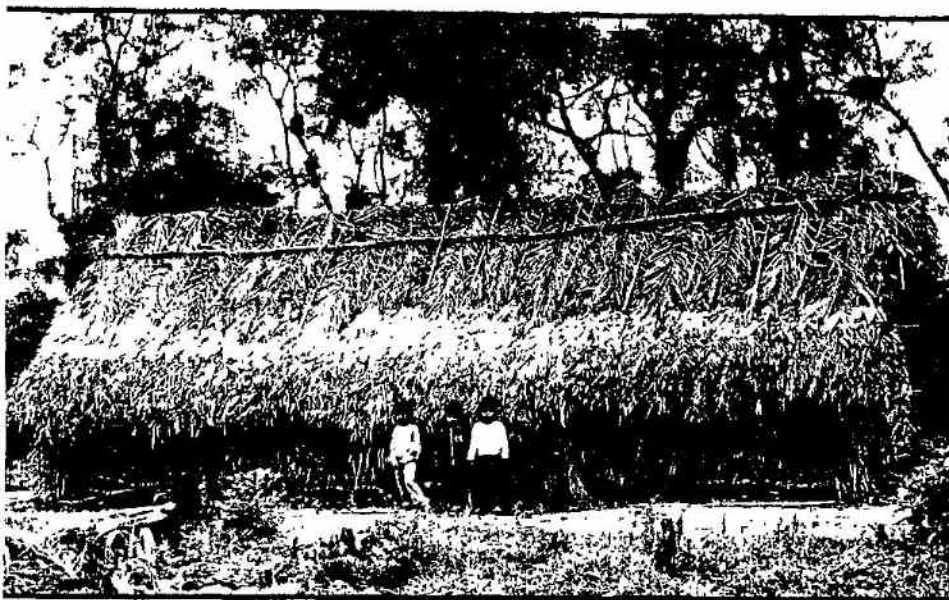
(*) Mestre em Antropologia pela PUC/SP, membro do Centro de Trabalho Indigenista, trabalha com os Guarani desde 1979

Ao contrário do Parque Nacional do Superagui, cujos limites excluíram as vilas de pescadores, o Parque da Ilha do Cardoso foi traçado sem considerar a numerosa população de pescadores que secularmente lá vive. Em 1992, residiam na região sul da Ilha cerca de 111 famílias. Além das casas dos moradores, encontravam-se cerca de 60 domicílios de uso ocasional - casas e chácaras particulares de veraneio. A falta de controle e de fiscalização efetivos permitiu invasões recorrentes de palmeiros e caçadores, e a especulação turística e imobiliária que ameaça a conservação do Parque

Apesar de tantos problemas diferentes que pesam sobre o governo estadual, a presença de dois grupos familiares de índios Guarani em local próximo ao abandonado Ceparnic (Centro de Pesquisas Aplicadas aos Recursos Naturais da Ilha do Cardoso) tem recebido destaque e provocado pressões por parte dos administradores do Peic. Não só na Ilha do Cardoso, mas também nas Ilhas das Peças e do Superagui, os índios Guarani têm sido abordados de forma intimidatória e inadequada.

Em 1993, o *tekoa Jejyty* (aldeia da Barra do Ararapira), situado na Ilha do Superagui, recebeu visitas de policiais florestais acompanhados de representantes do Ibama regional. Abordagens sobre seus hábitos e costumes e alertas sobre a proibição de ali fazerem suas roças atemorizaram velhos e crianças que não falam português e, na ocasião, estavam sem seu cacique. Este fato os levou a procurar seus parentes na aldeia da Ilha do Cardoso. Após entendimentos entre a Funai (alertada pelo Centro de Trabalho Indigenista) e o Ibama, os índios retornaram à aldeia da Barra do Ararapira. Encontraram, porém, sua casa de rezas (*opy*) incendiada.

Por duas vezes, em 1994 e em 1995, a aldeia dos Guarani da Ilha do Cardoso foi gravada em VT com o intuito de comprovar a "deprecação" que causavam. A primeira gravação foi veiculada durante o Programa Globo-Ecologia. As duas gravações foram realizadas por intermédio de funcionários do Instituto Florestal. Posteriormente, por intervenção da Funai e do Ministério Público Federal, as fitas foram devolvidas ao cacique Guarani que, por motivos religiosos, estava preocupado com a "captação" de sua imagem.



MARILIA INES LADERWACHT (1989)

Casa de rezas (opy) na aldeia Ararapira que foi incendiada enquanto os Guarani visitavam seus parentes na Ilha do Cardoso.

este estuário como um espaço geográfico e também social e político, onde os índios Guarani e comunidades de pescadores tradicionais mantêm regras de reciprocidade específicas.

TERRITÓRIO TRADICIONAL DOS GUARANI

Os Mbyá referem-se à porção de terra que constitui seu território tradicional, a antiga região de Misiones, que compreendia o leste paraguaio e o nordeste argentino, o norte uruguaio; os estados do sul do Brasil

e o litoral junto à Mata Atlântica desde o Rio Grande do Sul até o Espírito Santo; como sendo o mundo Mbyá criado e destinado a eles por *Nhanderu ete* (nosso pai verdadeiro).

Alheios às diversas regras das Unidades de Conservação criadas na região estuarina, os índios Guarani Mbyá ocupam historicamente alguns pontos de Mata Atlântica, segundo sua mobilidade social e suas próprias categorias geográficas.

Com o intuito de retirar os Guarani da Ilha do Cardoso, o advogado do IF promoveu, em ação conjugada com o pároco de Cananéia, em outubro de 1994, a vinda de um grupo familiar guarani que vivia na aldeia Itaoca, no município paulista de Mongaguá, para habitar uma área no continente de Cananéia - "Cantagalo", que o IF deseja transformar em reserva indígena, através do Estado. O objetivo deste plano era fazer com que essa família guarani, ao ocupar e formar a nova aldeia, atraísse as famílias Mbyá para fora da Ilha do Cardoso.

Por não levar em consideração as regras sociais que fundamentam a dinâmica guarani de mobilidade e composição de aldeias, cada qual sob um dirigente político e religioso, este plano não vingou. Antes mesmo que as próprias regras guarani assim demonstrassem, a família guarani oriunda de Mongaguá algumas semanas depois deixou "Cantagalo", alegando falta de condições, tais como difícil acesso e pressões de outros moradores. Para tanto, construíram uma precária e improvisada canoa na qual dois rapazes foram em busca de auxílio para remover o resto do grupo.

Dessa forma, este grupo familiar veio aumentar a população guarani de Cananéia, sem que estivesse sequer ligado à rede de parentesco dos Guarani habitantes do Estuário. Desprestigiado por ter prometido sem sucesso uma terra nova e boa, onde poderia exercer sua liderança exclusiva, e por ter abandonado sua roça em Itaoca, após acampar várias semanas em Cananéia, o chefe desta família guarani conseguiu acolhida na aldeia do Rio Branco de Cananéia, onde teve que esperar cerca de um ano até o tempo de novamente plantar.

Essas ações, isoladas, embora travestidas como ações de preservação do meio ambiente e da cultura indígena, demonstram um interesse político apenas pontual por parte dos órgãos administradores, uma vez que não consideram o conjunto das ilhas e terras que compõem



Jorge Rodrigues, cacique da aldeia Cotinga



Crianças da aldeia da Barra do Ararapira

MARIA INÊS LADEIRA/CTI/IBR

Entre 1990 e 1995, os Guarani Mbyá formaram dez aldeias na região estuarina, identificadas pelo CTI conforme mapa anexo. Estas aldeias, ocupadas durante esse período pelo mesmo contingente populacional ligado por relações de parentesco, não foram ocupadas simultaneamente e nem estão todas elas habitadas atualmente. O registro dos locais onde se formaram aldeias durante os cinco últimos anos aponta que a constante ordenação de seus espaços num mesmo complexo geográfico com o qual, em sua amplitude, conservam uma relação tradicional, obedece a uma sistemática social e também religiosa de ordem mítica.

Em outras épocas, outros locais da região foram ocupados pelos Guarani, como a Ilha do Mel (*Eiretã*), onde ainda se encontram vestígios de uma aldeia "abandonada", na Ilha das Cobras e em vários pontos da baía de Paranaguá, onde pesquisas arqueológicas identificaram peças de cerâmica guarani.

A aldeia de população mais numerosa é a aldeia Jakutinga, situada nas Ilhas Cotinga e Rasa da Cotinga, em Paranaguá (PR). Os Guarani vêm ocupando permanentemente esta aldeia, embora sua população oscile como as demais aldeias Mbyá do litoral.

A Área Indígena da Ilha da Cotinga foi homologada por decreto presidencial em 16 de maio de 1994 e abrange toda a extensão das Ilhas Cotinga e Rasa da Cotinga, excluídas as posses da comunidade caiçara. A demarcação desta Área Indígena pôs fim às inúmeras disputas pela posse e uso da terra, às invasões constantes e aos projetos econômicos existentes.

Paranaguá, ou *I paravāpy*, traduzido no mito de origem do mundo Guarani Mbyá como a "extremidade do mar", ou *Opavāpy*, "o começo do fim", é o local onde, segundo o mito, desceram os primeiros Mbyá para povoar o mundo guarani.

A ocupação "sistemática" da aldeia da Jakutinga pelos Guarani não deve ser entendida como um lugar privilegiado em relação às demais aldeias do Complexo Lagunar. Alguns pontos das outras ilhas são locais onde, segundo seus mitos e lendas ("*Oguata Porã - A caminhada à Beira do Oceano*" e "Acontecimento em Superagui", op.cit.), se realiza o próprio destino Mbyá, que somente alguns "eleitos" podem alcançar. É nesse sentido que pequenos grupos familiares liderados por seu guia espiritual partem em busca desses lugares "revelados" a eles por *Nhanderu*, onde possam exercer o modo

"Alguns desceram pelo mato em direção ao mar, à procura de seu lugar. E encontraram Opavāpy ou Ipavāpy (Paranaguá). E de novo se separaram naquele lugar. E de lá foram para as ilhas (yva pāu - espaço entre os céus, ou yy pāu - espaço entre as águas), no meio do oceano.

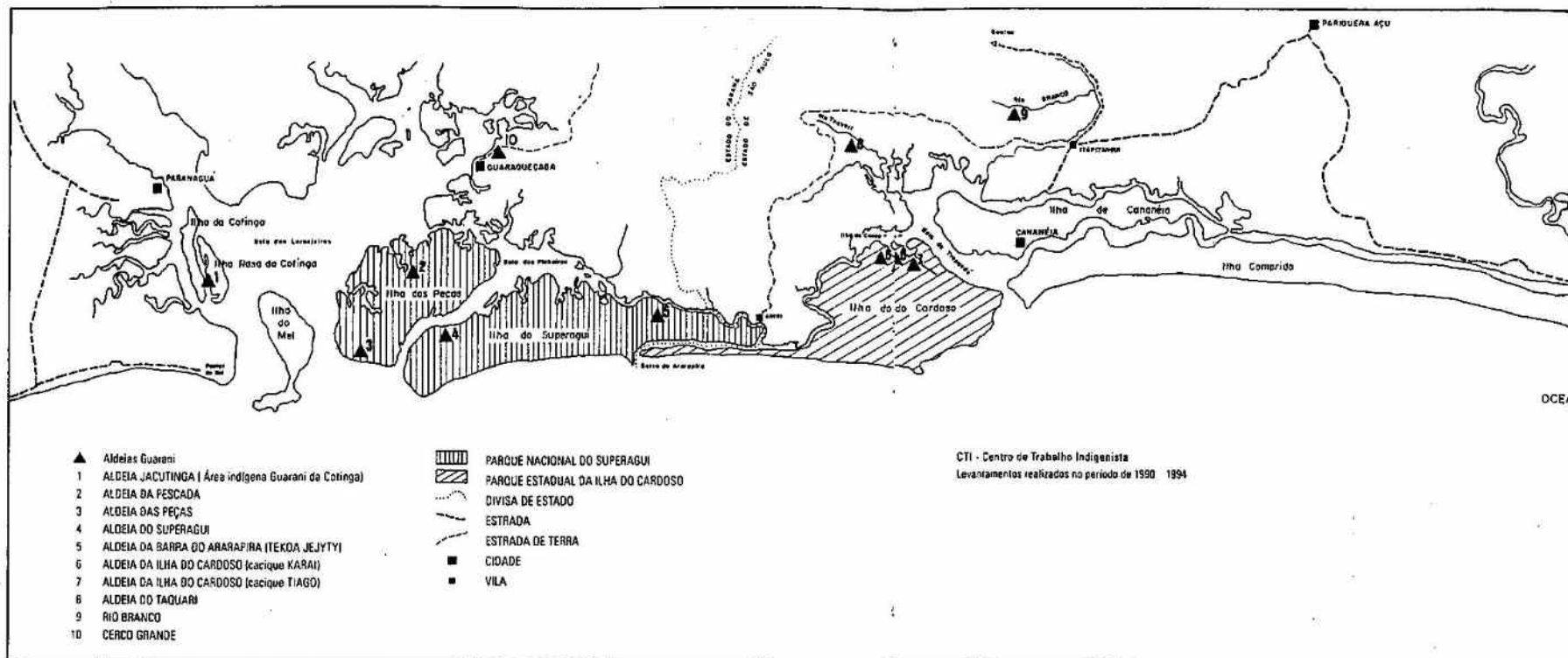
(...) Quando nossos irmãos mais velhos (Nhanderykey) se separaram em Opavāpy, cada grupo se repartiu entre as ilhas.

Alguns foram para Jakutinga (Cotinga), alguns foram para Eiretã (Ilha do Mel). Algumas famílias foram para Piragui (Superagui), para todas, todas as ilhas...

Alguns pararam em Oyguarã (Iguape)".

("Oguata Porã ou A Caminhada à Beira do Oceano", Davi Guarani, in Ladeira, 1990)

LOCALIZAÇÃO DAS ALDEIAS GUARANI NO COMPLEXO ESTUARINO LAGUNAR
CANANÉIA - GUARAQUEÇABA - PARANAGUÁ



de vida guarani - na plenitude de suas leis, sistemas e normas -, designado pelo termo *Teko*.

OS MITOS SOBRE A CONSTRUÇÃO DO MUNDO

Os Mbyá do litoral comprovam, através de sua versão dos mitos sobre a construção do mundo e dos cataclismas que os abalaram, que sua ocupação "à beira do oceano" ocorre desde a criação do primeiro mundo: *yvy tenonde*.

Hoje, a crença de que um novo evento que destruirá o mundo está prestes a se suceder, tem-se acentuado. A justificativa desta crença é a falta de condições atuais para que os Mbyá possam viver em conformidade com os ensinamentos tradicionais, o que os leva a se submeterem a inúmeras transgressões, tais como o consumo de alimentos e de outros produtos dos brancos.

É justamente essa ameaça que faz com que o complexo Serra do Mar/Mata Atlântica se configure como estratégico pois, segundo a tradição, é

sobre o mar, e atravessando-o, que aqueles que atingirem a "plenitude" alcançarão *yvy marãey*, a "Terra sem Mal" e, portanto, a salvação.

Neste contexto, ocupar as ilhas significa viver num espaço intermediário entre a Terra e o espaço celeste e, portanto, a caminho da "Terra sem Mal".

Significa, ainda, cumprir a profecia de que aqueles que se obstinarem a viver em conformidade com as normas originais da conduta humana (*Mbyá*) alcançarão em vida, "com o corpo e a alma", a "Terra sem Mal". O fato de as ilhas do Paraná e do litoral sul de São Paulo apresentarem áreas de mata preservada possibilita aos Mbyá o consumo e o uso de recursos naturais que compõem o seu acervo cultural e, portanto, o não distanciamento total das normas tradicionais.

"Eles andaram e atravessaram as águas, parando sempre no meio do oceano. Então deixaram as ilhas para nós, filhos caçula (*ay apyre*), para vivermos nesses lugares".

Viver nas ilhas tem um significado extremamente religioso, entretanto dificilmente explicitado pelos Guarani que, ao longo dos séculos, têm procurado manter em sigilo vários aspectos do seu comportamento e universo filosófico, incompatíveis com a visão de mundo da sociedade envolvente.

Os mitos de origem orientam, inclusive, a "separação" da sociedade Mbyá em grupos familiares, com chefia própria, a fim de se "espalharem" pelo mundo.

"Eles andaram sobre a águas e ficaram no meio das águas (*yvy pãurupi*), nas ilhas (*parakupe*). Eles andaram para o bem. E se separaram, cada um com suas companheiras, cada um com suas famílias".

Numa análise mais detalhada, vemos que esse preceito de separação em grupos familiares está profundamente conectado a todas as instâncias e estratégias de sobrevivência da sociedade guarani Mbyá, pois garante as relações de reciprocidade social e política: o "con-

trole", a conservação e a configuracional; o não-comprometimento

"Esse mundo não durará muito no mundo vão ler que se separa e deverão caminhar (*oguala*). apy) vieram andando, procura lugares. Vieram do começo do do oceano (*yvy rembérupi mer do* (*yvy apy*)"

Os Guarani consideram as Ilha como regiões de sua ocupação.

Circulam de um extremo ao outro estoques naturais. Fazem excitação e dos sinais comprobatórios no lugar.

ILHA DO CARDOSO EXPÕE CRISE DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Ambientalistas e indigenistas podem discordar. Em 17 de maio passado, a pequena cidade de Cananéia, no litoral Sul de São Paulo, reuniu o secretário de Meio Ambiente do Estado, Fábio Feldmann, técnicos do órgão, representantes do Ministério Público Federal, da Funai, da Prefeitura e da Câmara dos Vereadores de Cananéia, além de ONGs, para tratar de uma questão delicada: o direito dos índios Guarani Mbyá estabelecerem aldeias, abrirem roças e utilizarem a fauna e a flora do Parque Estadual da Ilha do Cardoso. Criada em 1962, a Unidade de Conservação vem sendo ocupada pelos Guarani há três anos.

Reunião - Alguns dos participantes do encontro tinham certeza absoluta de que os Guarani não podiam permanecer na Ilha: a presença deles ameaça a conservação de uma das mais importantes reservas de São Paulo e uma das últimas áreas de Mata Atlântica intactas do País. Outros participantes, entretanto, estavam convictos do contrário. Vítimas do preconceito e de um processo permanente de expulsão, os Guarani ocupavam a região muito antes de a reserva ser criada e seus deslocamentos constituem uma característica cultural secular que deve ser respeitada, por força da lei.

Segundo relatório elaborado pela antropóloga Inês Ladeira, do Centro de Trabalho Indigenista, os Guarani da Ilha do Cardoso vieram do litoral de Santa Catarina e Paraná e estão organizados em duas aldeias. Uma delas é constituída de quatro famílias e soma 14 membros; a outra, também com quatro famílias, reúne 17 pessoas. Os índios não representam ameaça ao Parque, pois vivem da agricultura de subsistência (milho, feijão, arroz, mandioca e fumo), praticada em pequena área de cerca de 2,5 hectares; do artesanato, vendido em loja da Prefeitura de Cananéia; e da caça de baixa intensidade, realizada com laço e mundéu.

Para os técnicos da SMA, entretanto, essas três aldeias somam uma área pelo menos quatro vezes maior e provocaram desmatamento. Em relatório sobre o assunto, Antônio Teleginski, advogado do Instituto Florestal, órgão da SMA responsável pela administração da Ilha do Cardoso, afirma que esses índios são originários da Província da Misiones, na Argentina, e, portanto, estrangeiros. Ele registra, ainda, informações de que os índios não conhecem nem o solo nem a flora nem a fauna local.

Outro documento, do padre João Trinta, vigário em Cananéia com destacada atuação na defesa do meio ambiente, vai além: afirma que os Guarani não vieram de forma espontânea. Foram levados para a Ilha por Karl Beutler, ligado ao Grupo Gaia, de Campinas, que, segundo ele, "tramou a introdução no Parque, providenciou o transporte e incentivou o plantio do fumo..."

A reunião de Cananéia tinha tudo para aprofundar a divergência entre os que defendem o meio ambiente e os que defendem os índios. A posição de Aurélio Rios, procurador regional da República e membro da Câmara Técnica de Defesa dos Direitos Indígenas e das Minorias do Ministério Público Federal, entretanto, jogou água na fervura. Não se discute o direito de os índios estarem na Ilha do Cardoso, pois este é um fato consumado que não pode ser desconsiderado. Ao mesmo tempo, há que se relevar a importância do patrimônio ambiental protegido pelo Parque, que deve ser defendido pelo poder público e pela sociedade.

Com base nesses argumentos e no fato de a presença dos índios ser aparentemente de pouco impacto, uma solução configurando saída para o impasse foi apresentada pelo Ministério Público: a Ilha do Cardoso seria mantida como Parque, não se abriria processo para transformá-la em área indígena e, ao mesmo tempo, seria garantido o direito dos índios de permanecer nela, sob condição de não degradarem o meio ambiente.

Solução provisória - O acordo proposto para a Ilha do Cardoso pode ser viável, principalmente porque a Secretaria Estadual do Meio Ambiente é, atualmente, coordenada por Fábio Feldmann, que sempre foi ativo na defesa do meio ambiente e dos direitos indígenas. Entretanto, não é uma solução segura nem para os índios nem para o meio ambiente e expõe a grave crise que atravessam as Unidades de Conservação do País, que não contam com nenhum mecanismo objetivo e legalmente definido para enfrentar os conflitos cada vez maiores entre elas e as comunidades que a utilizam como habitat, sejam eles índios, pescadores artesanais ou pequenos agricultores. A presença humana nas Unidades de Conservação brasileiras é um aspecto que não pode continuar sendo ignorado. (João Paulo Capobianco, Parabólicas, set/95)

Pessoal,

Para sua informação e debate. Talvez a maioria não tenha sido informada sobre este caso.

Retirei o núcleo da argumentação do texto (não assinado por antropólogos, mas por zoólogos, ecólogos e botânicos) ver abaixo:

"...Existem abundantes provas científicas, baseadas em estudos feitos inclusive na Mata Atlântica, de que a caça de subsistência, o extrativismo e a destruição de habitat realizadas por populações ditas tradicionais pode causar reduções significativas ou mesmo a extinção das espécies afetadas. Populações indígenas não são, per se, imunes a causar destruição ambiental, como alguns fazem crer. Isto é mais grave na Intervalles considerando o estado de degradação geral da Mata Atlântica, mesmo em áreas supostamente protegidas. A permanência de uma população que tem sua forma de vida baseada na caça, extrativismo e agricultura de coivara no interior de uma unidade de conservação é incompatível com as finalidades da mesma, independentemente da etnia dessa população. No caso de Intervalles a continuada presença Guarani ameaça a integridade de uma área única, e do próprio patrimônio nacional, assim designado pela Constituição Nacional, que é a Mata Atlântica. Sua presença é incompatível com a finalidade primeira daquela área.

E aí ?

Abraços

Sandra

From: "ws" <warney@unicamp.br>
To: <ant-br@listhost.uchicago.edu>
Date: Thu, 14 Sep 2000 15:21:36 -0300
Subject: [Ant-Br] Índios X Meio Ambiente ?

Oi pessoal

Ai vai uma carta de pesquisadores ambientais de Campinas e Rio Claro e que abre uma polêmica entre defensores de índios e defensores ambientais

Acho uma coisa fundamental ser discutida e se possível uma resposta enviada a esses pesquisadores

Warney Smith - Unicamp

Prezado Senhor

O Parque Estadual Intervales, na Serra de Paranapiacaba, em São Paulo, é reconhecido internacionalmente como uma das mais importantes áreas remanescentes de Mata Atlântica, sendo uma das poucas áreas protegidas que ainda abrigam a quase totalidade das espécies originais daquele ecossistema. Nesta área protegida, destinada por lei à conservação ambiental, à pesquisa, à educação e ao lazer da população, já foram encontradas cerca de 300 espécies de aves, 80 de mamíferos, 50 de anfíbios, 19 de serpentes e 31 de peixes. Apenas dentre as aves, 20 espécies são consideradas como globalmente em perigo de extinção.

Intervales, juntamente com seu vizinho, o Parque Estadual Carlos Botelho, é considerado como a melhor esperança de sobrevivência a médio e longo prazo de populações de espécies ameaçadas como jacutingas e monos-carvoeiros. A exuberância da biodiversidade de Intervales se deve principalmente ao fato desta e de Carlos Botelho terem sido criados com a preocupação de resolver suas questões fundiárias, da existência de um efetivo esquema de proteção e de não haver ocupantes humanos em seu interior. Outras áreas protegidas na Mata Atlântica, mesmo algumas mais famosas que Intervales, onde esses cuidados não foram tomados, apresentam biotas empobrecidas e tiveram algumas espécies localmente extintas pela caça, destruição e fragmentação de habitats e outras atividades humanas, que continuam devido à presença de ocupantes em seu interior.

O Parque Estadual Intervales é uma das áreas de Mata Atlântica melhor conhecidas no país devido a um ativo programa de pesquisas realizado em seus diversos núcleos. Este já produziu dezenas de teses de mestrado e publicações científicas, colaborando consideravelmente para o conhecimento da ecologia e das bases para o manejo do patrimônio nacional que é a Mata Atlântica. Além de oferecer excelente infra-estrutura, um dos grandes atrativos de Intervales para a pesquisa é a existência de comunidades biológicas ainda largamente intactas e completas.

Este patrimônio encontra-se ameaçado desde que um grupo de índios Guarani Mbya estabeleceu-se no setor conhecido como Quilombo à revelia do órgão gestor do parque. Este grupo, originalmente proveniente da região de Misiones, na Argentina, migrou para o Brasil, onde estabeleceu-se no Parque Nacional do Superagui. Posteriormente cisões internas e a crescente escassez de caça levaram à divisão do grupo, que no final de 1992 foi levado ao vizinho Parque Estadual da Ilha do Cardoso. Em ambas as unidades de conservação laudos técnicos constataram danos significativos causados pelo desmatamento para abertura de roças, extração de palmito e caça, inclusive para comercialização, de espécies animais protegidas por lei, algumas inclusive criticamente em perigo de extinção.

Nova cisão do grupo levou à saída de algumas famílias da Ilha do Cardoso que, por coincidência surpreendente, se estabeleceram em outra unidade de conservação, a Estação Ecológica Juréia-Itatins, em abril de 1998, acompanhados por índios de outras aldeias. Ainda uma nova cisão levou à saída de um grupo da Juréia que, de forma mais surpreendente ainda, conseguiu localizar e se estabelecer no remoto núcleo Quilombo do Parque Estadual Intervales. Nesta área, que por mais de três décadas não havia sido registrada nenhuma perturbação humana significativa, os Guarani imediatamente iniciaram a derrubada da floresta para a abertura de roças, a retirada de palmito e a caça. Pesquisadores trabalhando no vizinho núcleo Saibadela agora convivem com o ruído de disparos de armas de fogo, o que era desconhecido até então.

Existem abundantes provas científicas, baseadas em estudos feitos, inclusive na Mata Atlântica, de que a caça de subsistência, o extrativismo e a destruição de habitat realizadas por populações ditas tradicionais pode causar reduções significativas ou mesmo a extinção das espécies afetadas. Populações indígenas não são, per se, imunes a causar destruição ambiental, como alguns fazem crer. Isto é mais grave na Intervales considerando o estado de degradação geral da Mata Atlântica, mesmo em áreas supostamente protegidas.

A permanência de uma população que tem sua forma de vida baseada na caça, extrativismo e agricultura de coivara no interior de uma unidade de conservação é incompatível com as finalidades da mesma, independentemente da etnia dessa população. No caso de Intervales a continuada presença Guarani ameaça a integridade de uma área única, e do próprio patrimônio nacional, assim designado pela Constituição Nacional, que é a Mata Atlântica. Sua presença é incompatível com a finalidade primeira daquela área.

Devemos chamar a atenção para a existência de mais de 15.000 Guaranis na região de onde os Mbya vieram, e que estão sofrendo a pressão da ocupação crescente da região missionera pela agricultura. O precedente já criado no Parque Nacional Superagui, Parques Estaduais Intervales e Ilha do Cardoso, e Estação Ecológica Juréia-Itatins, poderá resultar no crescente fluxo de populações indígenas para o interior das unidades de conservação da Mata Atlântica, com a resultante destruição das mesmas.

As unidades de conservação não podem ser encaradas como locais para onde comunidades indígenas, cuja tradicionalidade no litoral paulista e Vale do Ribeira sob o ponto de vista histórico e arqueológico é discutível, possam ser relocadas.

Reconhecemos que as populações indígenas tem direitos assegurados por lei. Mas o restante da sociedade brasileira também os tem, e a ocupação do Parque Estadual Intervales coloca nosso direito constitucional a um meio ambiente sadio e íntegro em grave risco, além de apresentar uma grave ameaça ao patrimônio nacional representado pela Mata Atlântica e pela biodiversidade que ela contém.

Dessa forma nós, conservacionistas e pesquisadores, invocando o princípio cautelar, já que o dano causado pode ser irreversível, e nossos direitos como cidadãos, solicitamos das autoridades competentes as providências necessárias para que os Guarani Mbya retirem-se do Parque Estadual Intervales e se estabeleçam em áreas que não sejam unidades de conservação e onde suas atividades não afetem a integridade do que resta da Mata Atlântica. As unidades de conservação abrangem apenas 3% do estado de São Paulo. Devem haver áreas suficientes nos 97% restantes onde os Guarani possam se estabelecer e atuar como parceiros na conservação, e não na destruição, da Mata Atlântica.

Também solicitamos providências para apurar como grupos indígenas provenientes de países vizinhos adquiriram o conhecimento sobre a localização das unidades de conservação nas quais adentraram. Suspeitamos fortemente de que há indução para a ocupação dessas áreas por parte de setores com interesses outros, talvez interessados em criar alguma demanda que os beneficie.

Atenciosamente

Subscreventes

Dr Mauro Galetti, Departamento Ecologia, UNESP-Rio Claro

Dr Wesley R. Silva, Departamento de Zoologia, UNICAMP
Dr André V. Freitas, Departamento de Zoologia, UNICAMP
Dr Marco A. Pizo, Departamento Botânica, UNESP-Rio Claro
Dra. Patrícia C. Morellato, Departamento Botânica, UNESP-Rio Claro
Dr Marcos Rodrigues, UFMG, Belo Horizonte
Dr Fábio Olmos, Consultor Ambiental
Dr Célio Haddad, Departamento Zoologia, UNESP-Rio Claro
Dr Edwin O. Willis, Departamento Zoologia, UNESP-Rio Claro
Dra Yoshica Oniki, Departamento Zoologia, UNESP-Rio Claro
Prof. Valesca Zipparro, Departamento Botânica, UNESP-Rio Claro
Prof. Adelar Mantovani, Departamento Botânica, UNESP-Rio Claro
Prof. Rudi Laps, Departamento de Zoologia, UNICAMP
Prof. Alexandre Aleixo, Louisiana State University, USA
Dr. Stuart Marsden, Manchester Metropolitan University, Inglaterra
Carina Denny, Departamento de Farmacologia, CPQBA-UNICAMP
Marina Fleury, Departamento Ecologia, UNESP-Rio Claro
Julio Voltolini, UNITAU, Taubaté
Tadeu de Melo Jr., Departamento Zoologia, UNESP-Rio Claro
Alexander Christianini, Departamento Ecologia, UNESP-Rio Claro
Paulo Guimarães Jr., Departamento de Zoologia, UNICAMP
Eliana Cazetta, Departamento Ecologia, UNESP-Rio Claro
Maria Flávia C. Nunes, Departamento Ecologia, UNESP-Rio Claro
Paulo Rubim, Departamento Ecologia, UNESP-Rio Claro

=====

Paulo Guimarães Jr

Não leve a vida tão a sério. Afinal, você não vai sair vivo dela mesmo!

— Mensagem original —

De: sara nanni [mailto:sarananni@hotmail.com]

Enviada em: sexta-feira, 25 de agosto de 2000 07:45

Para: socioambiental@socioambiental.org; redacao@carosamigos.com.br

Assunto: Jornalismo Investigativo: Os Guarani e Unidades de Conservação

Recentemente produzi uma grande-reportagem sobre a presença de uma aldeia Guarani Mbya no Parque Estadual da Ilha do Cardoso, enfocando a problemática da sobreposição de terras indígenas e Unidades de Conservação Ambiental no Estado de São Paulo.

O Parque Estadual da Ilha do Cardoso (PEIC) localiza-se no litoral sul do Estado de São Paulo, no município de Cananéia. A região em que se encontra, o Vale do Ribeira, é reconhecido mundialmente pela importância de suas áreas verdes existentes dentro de inúmeros parques, estações ecológicas e áreas de proteção ambiental. É no Vale do Ribeira que estão os últimos remanescentes de Mata Atlântica do estado. E todas estas áreas podem ser tidas como AMEAÇADAS...

Os Guarani Mbya estão na Ilha do Cardoso desde 92. A partir desta data a polêmica teve seu início. Ambientalistas, indigenistas, órgãos governamentais e não-governamentais começaram a debater a questão. Até hoje não chegaram a um consenso e o debate sempre foi difícil.

A matéria é realmente complexa, pois abrange aspectos políticos, ambientais e sociais, e resultou de um estudo de quase um ano. Morei nove meses em Cananéia, onde fazia estágio no PEIC na área de jornalismo ambiental, podendo observar de muito perto o problema. Além disso, pude muito bem entender como funciona a política ambiental no Brasil e os reflexos disso em outras questões, como a indígena.

Foi com este trabalho que conclui, no dia 17 de agosto, o curso de Comunicação Social-Habilitação em Jornalismo na Universidade Estadual Paulista - UNESP. O projeto foi aprovado com a nota máxima.

Creio na necessidade de divulgar este material. Existe pouca informação circulando a respeito, principalmente quando se trata dos Guarani do Estado de São Paulo. Gostaria de saber se existe o interesse de vocês em publicar a matéria. Eu, como jornalista, fico responsável pelo conteúdo da mesma. "Responsável" porque esta reportagem é também um exercício de jornalismo investigativo, incluindo uma série de denúncias contra as instituições governamentais e não-governamentais envolvidas na questão.

Aguardo resposta para que então eu envie o material.

Atenciosamente,
Sara Nanni
telefone (19) 287 40 06

Obs.: como moro em Campinas, poderia pessoalmente levar o material em São Paulo. Além da reportagem com fotos, existe um relatório de pesquisa muito detalhado, com mais de 100 páginas, para garantir e provar a credibilidade do trabalho.